





Fecomércio - 23/06/2020

Índice

Portal Mercado Aberto | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA /

Fecomércio RN detalha protocolos para reabertura do comércio, serviços e turismo conforme portaria do Governo 7

Notícia - 22/06/2020

Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Proposta prevê destinação de R\$ 3 bi para ações emergenciais em turismo 11

Notícias - 22/06/2020

Liege Barbalho | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Endividamento 15

Notícias - 22/06/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Saiba como cada estado está retomando as atividades econômicas no país 16

Notícias - 22/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

TCE deve receber dados do Consórcio Nordeste nesta segunda-feira 27

Notícias - 22/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

Desregulamentação e novo Bolsa Família estão na agenda pós-crise 29

Notícias - 22/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Covid-19 tira 1,4 milhão do mercado de trabalho por motivo de doença 31

Notícias - 22/06/2020

Potiguar Notícias | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro adota tom ameno com Congresso, mas volta a criticar a OMS 33

Notícias - 22/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

AGN apresenta linhas de financiamento em reuniões virtuais com polos turísticos do RN 35

Notícias - 22/06/2020

Portal Mercado Aberto | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Mercado projeta queda do PIB em 6,50% este ano 37

Notícia - 22/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Recuo na produtividade 39

Noticias - 23/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

Bolsonaro diz que não dá para suportar mais parcelas 41

Noticias - 23/06/2020

Roberto Flávio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

MP de Contas pede suspensão de salário de R\$ 30 mil de Sergio Moro 43

Noticias - 22/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Diário da Quarentena - LXII 44

Noticias - 23/06/2020

Blog Suéster Neri | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - PROGRAMA SENAC DE GRATUIDADE /

Iniciou as inscrições para cursos de retomada da economia proposto pelo sistema Fecomercio RN 47

Noticias - 22/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Ministérios Públicos podem entrar na Justiça para impedir reabertura do comércio no RN 49

Noticias - 22/06/2020

Blog do Seridó | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Parceria entre o Sesc RN e Papo de Fogão vai ensinar receitas e promover doação de 300 refeições

51

Notícias - 22/06/2020

Blog Suéster Neri | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN /

Parceria entre o Sesc RN e Papo de Fogão vai ensinar receitas e promover doação de 300 refeições

52

Notícias - 22/06/2020

Marcos Dantas | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Baixo isolamento social no final de semana preocupa Governo com medidas de flexibilização

53

Notícias - 22/06/2020

Salomão Medeiros | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Baixo isolamento social no final de semana preocupa Governo com medidas de flexibilização

55

Notícias - 22/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Governo do RN ainda não definiu reabertura da economia nesta quarta, 24

57

Notícias - 23/06/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Baixo isolamento social no final de semana preocupa Governo do RN com flexibilização

61

Notícias - 22/06/2020

Blog do Robson Pires | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Baixo isolamento social no final de semana preocupa Governo do RN com medidas de flexibilização

63

Notícias - 22/06/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

'Pitaco' polêmico: empresariado cobra 'bom senso' do MPRN, do MPF e do MPT, que estão contra retomada gradual da economia

65

Noticias - 23/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Reabertura da economia é incógnita

68

Noticias - 23/06/2020

Fecomércio RN detalha protocolos para reabertura do comércio, serviços e turismo conforme portaria do Governo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Diante da enorme necessidade de reabertura imediata do comércio, e confiando que a autorização será confirmada pelo Governo do Estado no Decreto a ser editado semana que vem, com validade a partir do próximo dia 24, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN, dissemina as orientações

estabelecidas na Fase 1 do Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica do RN no pós-pandemia.

O Plano foi regulamentado pela Portaria 6/2020, do Gabinete Civil e Secretarias de Estado da Saúde Pública e do Desenvolvimento Econômico, publicada no Diário Oficial do Estado, e estabelece a primeira fase do cronograma para retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte, tendo como base o documento elaborado com a participação da Fecomércio RN.

A portaria determina que serão inicialmente liberadas as atividades que tenham maior capacidade de controle de protocolos, que gerem pouca aglomeração e que se encontram economicamente em situação mais crítica. A liberação do funcionamento de lojas, estabelecimentos comerciais e espaços de prestação de serviços está condicionada ao cumprimento de protocolos específicos de segurança sanitária.

"Nossa equipe técnica preparou este material, que está bem detalhado, para que as empresas possam fazer os seus últimos ajustes, de modo a poderem reabrir suas portas, tomando, todas as providências necessárias para a adoção de todas as ações transversais e regras de convívio que estabelecidas pelo Plano, e que o momento exige", explicou o presidente da Fecomércio RN, **Marcelo Queiroz**.

O Plano de Retomada está dividido em quatro fases, com intervalos de 14 dias entre cada uma delas. Esta primeira fase vai de 24 de junho a 7

de julho, período subdividido em três frações. Orientações como manutenção do distanciamento dentro das empresas de pelo menos 1 metro entre as pessoas; manutenção dos grupos de risco em quarentena domiciliar e teletrabalho; uso obrigatório de máscaras de proteção em todo e qualquer ambiente público ou privado; e funcionamento em horários alternativos para evitar aglomeração, com planejamento de horários alternados para colaboradores; entre outras, são comuns a todos os estabelecimentos, independente de qual fase ou fração eles estejam inseridos.

Na primeira fração, que vai de 24 a 28 de junho, ficam autorizados a funcionar alguns estabelecimento do segmento de serviços (RH e Terceirização; Atividades de Informação, Comunicação, Agências de Publicidade, Design e afins; Centros de Distribuição, Distribuidoras, Depósitos; Atividades dos Serviços Sociais Autônomos, **Sistema S** (excluídas as respectivas escolas) e afins; Agências de Turismo; Salão de Beleza, Barbearias e afins); e alguns tipos de lojas (Artigos de Papelarias, Materiais de Escritório e Variedades; Produtos de Climatização; Bicycletas e Acessórios; Comércio de Plantas e Flores; Vestuário, Acessórios, Calçados; Bancas de Jornais e Revistas; Souvenires, Bijuterias e Artesanatos; Armário; Lojas de artigos usados).

Na fração 2, que vai de 29 de junho a 3 de julho, estão autorizadas a funcionar lojas de até 600 m² (maiores de 300 m² constantes da "Fração 1 e 2"), como Lojas de móveis, eletrodomésticos, colchões e utensílios domésticos; Lojas de departamento e magazines (que não funcionem em Shoppings e Centros Comerciais); Loja de eletrônicos/

informática; Instrumentos musicais e acessórios; Equipamentos de áudio e vídeo; Equipamentos de telefonia e comunicação; Joalherias e relojoarias e comércio de joias; Lojas de cosméticos e perfumaria.

Já na fração 3, que vai de 4 a 7 de julho, estão autorizados a reabrir suas portas as Lojas de brinquedos; Lojas de artigos esportivos; Lojas de artigos de caça, pesca e camping; e os estabelecimentos do segmento de alimentação (restaurantes, lanchonetes e food Parks), desde que tenham até 300m²; mantendo até quatro pessoas por mesa; distância de 2 m entre as mesas e de 1 m entre as pessoas. Também é proibido o consumo de bebida alcoólica no estabelecimento. Os food parks devem disponibilizar pias, torneiras com água e sabão e outros meios de higienização aos clientes.

Para todos os estabelecimentos especificados nesta Fase 1, como também para todas as frações, existem regras gerais, que devem ser seguidas por todos. Além disso, existem regras e recomendações estabelecidas de acordo com as especificidades de cada um deles, como por exemplo, cuidados em elevadores; proibição de prova de roupas; redução do quadro de empregados e adoção de turnos de trabalho alternados; atendimento agendado para evitar aglomeração e espera; limpeza de máquinas de cartão; mudanças na apresentação de cartões, entre outras.

Vale ressaltar que todas estas datas estão condicionadas à autorização por parte do Governo do RN, que deverá ser concedida por meio de decreto. O avanço de uma fase para outra, como também de uma fração para outra, dependerá do controle epidemiológico do novo

Coronavírus. Se for verificada tendência de crescimento dos indicadores após a liberação das atividades, poderão ser adotados, a qualquer tempo, se necessário, o restabelecimento ou o adiamento das fases, bem como o recrudescimento das medidas.

Sistema Fecomércio RN, Sesc e **Senac** estabelece critérios para retorno de suas atividades presenciais

De acordo com o Plano de Retomada das Atividades, as instituições do **Sistema S** estão autorizadas a voltar seu funcionamento nesta primeira fase, já na fração 1. Para isso, o **Sistema Fecomércio RN** já tomou as medidas para a volta gradual de suas atividades. Na Federação, as atividades administrativas devem retornar no dia 25.06, seguindo todas as recomendações de segurança e saúde estabelecidas pelas autoridades sanitárias.

No Sesc somente parte da equipe administrativa retornará ao trabalho presencial. Os restaurantes de Natal e Mossoró reabrirão com atendimento presencial, porém mantendo a venda das quinzenas, como forma de diminuir o número de pessoas nas unidades, e cumprindo as exigências de distanciamento entre mesas e cadeiras, pessoas e demarcação dos espaços. As clínicas odontológicas reabrirão a partir de 1º de julho, com todos os colaboradores paramentados com equipamentos de proteção individual exigidos pelos órgãos de saúde. Além disso, será disponibilizado álcool 70% e obrigatório o uso de máscaras em todos os ambientes; haverá o reforço na limpeza das áreas comuns; como também afixados informativos sobre a higiene em todos os murais.

No **Senac**, o atendimento presencial nas Centrais de Atendimento e Gerência das Unidades Alecrim, Zona Sul, Mossoró e CEP **Barreira Roxa** (8h às 14h); Macaíba, Assú, Caicó e Zona Norte (8h às 12h). A unidade Centro volta às atividades a partir de 1º de julho, das 8h às 14h, em novo endereço (Florian Peixoto).

As aulas continuam sendo realizadas por meio da Sala de Aula Virtual, e as Bibliotecas e lanchonetes permanecem fechadas. A área de Licitações retorna com pregões presenciais e o Hotel-Escola **Senac Barreira Roxa** continua aberto com exclusividade para atender os Profissionais de Saúde em decorrência da parceria com o Governo do RN. Os demais setores continuarão atendendo por home office.

Plano de Retomada Gradual

O Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica do RN no pós-pandemia foi elaborado pela Fecomércio RN, Fiern, Faern, Fetronor, e Sebrae, com o apoio da FCDL RN, da CDL Natal, da Facern e da Associação Comercial do RN, e foi apresentado à Governadora Fátima Bezerra no dia 5 de maio. O documento é composto por um conjunto de propostas e de protocolos para direcionar a volta do funcionamento, de forma progressiva e segura, das atividades econômicas no estado, a partir do momento em que os decretos estaduais determinem a flexibilização do isolamento social em virtude da pandemia do novo Coronavírus.

Foi, inclusive, referendado pelo Comitê de Especialistas da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte, que emitiu parecer técnico favorável ao Plano, afirmando

que o mesmo "apresenta boa qualidade técnica e demonstra um esforço articulado do setor produtivo na elaboração do documento".

O documento está disponível no link:
<https://fecomerciorn.com.br/apresentacoes/>

*Fonte: Fecomércio RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA

Proposta prevê destinação de R\$ 3 bi para ações emergenciais em turismo



Proposta prevê destinação de R\$ 3 bi para ações emergenciais em turismo



A União poderá destinar R\$ 3 bilhões a estados, municípios e Distrito Federal para aplicações emergenciais de apoio ao turismo, a serem adotadas durante e depois do estado de calamidade pública gerado pelo coronavírus. É o que prevê o Projeto de Lei 3.285/2020, em tramitação no Senado.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

A União poderá destinar R\$ 3 bilhões a estados, municípios e Distrito Federal para aplicações emergenciais de apoio ao turismo, a serem adotadas durante e depois do estado de calamidade pública gerado pelo coronavírus. É o que prevê o Projeto de Lei 3.285/2020, em tramitação no Senado.

De autoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN), o projeto estabelece que a transferência dos recursos ocorrerá ainda em 2020, em parcela única, por meio de renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras do setor (no valor de R\$ 600, em três parcelas sucessivas). E de subsídio mensal, que varia de

R\$ 3 mil a R\$ 10 mil, para manutenção de microempresas e empresas de pequeno porte que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social.

O repasse da União aos demais entes federados deverá ocorrer em no máximo 15 dias após a publicação da lei resultante da aprovação do projeto. Os recursos serão executados de forma descentralizada e mediante transferência da União, preferencialmente por meio dos fundos estaduais, municipais e distrital de turismo ou, quando não houver, de outros órgãos estaduais e instâncias de governança municipais do setor.

Divisão dos recursos

De acordo com o projeto, 40% dos recursos serão transferidos aos estados e ao Distrito Federal, sendo que 50% do valor será repassado de acordo com os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e 50% proporcionalmente à população.

Os municípios e ainda o DF receberão os outros 50% dos recursos divididos conforme a categorização dos municípios turísticos definidos pela Portaria 271/2019 do Ministério do Turismo. Os recursos serão distribuídos igualmente por municípios da mesma categoria, de acordo com os seguintes critérios: 30% para municípios da categoria 'A'; 25% para municípios da categoria 'B'; 20% para municípios da categoria 'C'; 15% para municípios da categoria 'D'; e 10% para municípios da categoria 'E'.

Por fim, 10% dos recursos, totalizando os R\$ 3 bilhões previstos no projeto, serão transferidos

aos municípios não pertencentes ao Mapa dos Municípios do Turismo Brasileiro de 2019.

Os estados e municípios terão prazo máximo de 60 dias, contado da data de recebimento do recurso, para destinação dos valores previstos, mediante programas públicos e transparentes.

Os recursos não destinados ou que não tenham sido objeto de programação publicada no prazo máximo de 60 dias após o recebimento pelos municípios serão automaticamente revertidos ao fundo estadual de turismo do respectivo estado onde o município se encontra ou, na falta deste, ao órgão estadual do turismo.

Toda destinação dos recursos será especificada em sítio eletrônico dos órgãos estaduais de turismo ou das instâncias de governança municipais do turismo, com a discriminação de beneficiários, contendo o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e os valores recebidos.

Renda emergencial

Prevista no texto, a renda emergencial mensal de R\$ 600 deverá ser paga aos trabalhadores e trabalhadoras do turismo desde a data da publicação da lei resultante do projeto, em três parcelas sucessivas. O pagamento beneficiará trabalhadores, prestadores de serviço ou microempreendedores individuais registrados no Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), bem como os empregados formais que perderam seus empregos após a data de decretação do estado de calamidade pública pelo governo federal, em 20 de março de 2020.

O benefício referido no caput deste artigo será prorrogado pelo mesmo prazo que for

prorrogado o auxílio emergencial previsto no artigo 2º da Lei 13.982, de 2020, que estabeleceu as regras para o pagamento do auxílio emergencial.

Farão jus à renda emergencial os trabalhadores com atividades interrompidas que não recebam o auxílio emergencial previsto na Lei 13.982, de 2020; que não tenham emprego formal ativo; que não sejam agentes públicos, independentemente da relação jurídica - inclusive os ocupantes de cargo ou função temporários ou de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração e os titulares de mandato eletivo; que não sejam titulares de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiários do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado o Programa Bolsa Família; e que tenham renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo ou renda familiar mensal total de até três salários-mínimos - o que for maior. O recebimento da renda emergencial está limitado a dois membros da mesma unidade familiar. A mulher provedora de família monoparental receberá duas cotas da renda emergencial.

Subsídio às empresas

O subsídio mensal para manutenção de microempresas e empresas de pequeno porte do setor turístico que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social terá valor mínimo de R\$ 3 mil e máximo de R\$ 10 mil, de acordo com critérios publicizados, estabelecidos pelo gestor local, para microempresas e empresas de pequeno porte devidamente registradas no Cadastur.

O beneficiário do subsídio deverá apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício ao respectivo estado, município ou

Distrito Federal, conforme o caso, em até 120 dias após o recebimento da última parcela do subsídio. Os estados, municípios e o Distrito Federal deverão assegurar ampla publicidade e transparência à prestação de contas de que trata o subsídio.

Linhas de crédito

O projeto estabelece ainda que as instituições financeiras federais poderão disponibilizar linhas de crédito específicas para fomento de atividades e aquisição de equipamentos, além de condições especiais para renegociação de débitos, às pessoas físicas que comprovem serem trabalhadores do turismo e às empresas registradas no Cadastur.

Os débitos relacionados às linhas de crédito deverão ser pagos no prazo de até 36 meses, em parcelas mensais reajustadas pela taxa Selic, a partir de 180 dias, contados do final do estado de calamidade pública gerado pela pandemia do coronavírus.

O projeto estabelece como condição de acesso às linhas de crédito e à renegociação de débitos o compromisso de manutenção dos níveis de emprego existentes à data de decretação do estado de calamidade pública, em 20 de março de 2020.

Serviços turísticos

Ainda de acordo com o projeto, os governos dos estados, municípios e Distrito Federal poderão criar mecanismos para a contratação de prestadores de serviços turísticos, tais como meios de hospedagem e transportadoras turísticas registrados no Cadastur para resguardarem o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais nos termos da Lei nº 13.979, de 2020.

O projeto também prorroga automaticamente, por um ano, os prazos para aplicação dos recursos para realização de atividades turísticas e para a prestação de contas dos projetos já aprovados pelo Ministério do Turismo, pela Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), pelos órgãos estaduais do turismo e pelas instâncias de governança municipais do setor.

Para as medidas previstas no projeto, poderão ser utilizadas dotações orçamentárias da União e recursos do Fundo Geral do Turismo, observados os termos da Emenda Constitucional 106/2020, que institui regime extraordinário fiscal e de contratações para enfrentamento da calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus, além de outras fontes de recursos.

Justificativa

O setor turístico é o mais afetado pela crise econômica decorrente da pandemia da covid-19 e será o último a ser retomado no pós-pandemia, o que exige a adoção de medidas para atenuar seus efeitos na atividade, observa o senador Jean Paul Prates.

O autor do projeto cita dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de 2019, segundo o qual havia quase 3 milhões de trabalhadores no setor, em crescimento pelo segundo ano consecutivo.

Jean Paul Prates observa ainda que o turismo brasileiro registrou o melhor desempenho do setor desde 2017, com aumento de 2,2% no faturamento real ante o ano anterior, totalizando R\$ 238,6 bilhões, conforme o Índice Cielo de Vendas do Turismo da **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (ICV-Tur).

'Foi um aumento nominal de R\$ 5,1 bilhões em relação a 2018. A pandemia da covid-19 desestruturou esse crescimento no Brasil e em todo o mundo. Ademais, devemos pensar nos milhões de trabalhadores e microempreendedores individuais que, atualmente, encontram-se sem renda e não estão atendidos pelo auxílio emergencial criado pela Lei 13.982, de 2020', conclui Jean Paul Prates na justificativa do projeto.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Endividamento



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Liege Barbalho

O número de brasileiros com dívidas em cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro atingiu o percentual mais alto da história em junho, segundo a **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo. A proporção de famílias endividadas, medida pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, chegou a 67,1%, renovando o maior patamar da série - iniciada em janeiro de 2010 -, registrado, até então, em abril deste ano 66,6%. O índice apresentou aumento mensal de 0,6 ponto percentual e anual de 3,1 pontos percentuais.

De acordo com o presidente da **CNC**, José Roberto Tadros, a nova alta do endividamento indica que as famílias estão demandando mais crédito do sistema bancário, seja para pagar dívidas e despesas correntes ou mesmo manter algum nível de consumo. 'Apesar do contexto negativo em relação ao mercado de trabalho e à renda, a inflação controlada e a queda da taxa Selic são fatores que podem favorecer o poder de compra dos consumidores. Além disso, as transferências emergenciais do coronavoucher também impactam positivamente a renda e o consumo, especialmente dos itens considerados essenciais', avalia Tadros. Informação Fecomercio RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Saiba como cada estado está retomando as atividades econômicas no país



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Maria Ana Krack/PMPA

No Brasil, cerca de três meses após o início da adoção de medidas de isolamento e restrições de circulação e de funcionamento do comércio adotadas pelos estados e o pelo Distrito Federal, a maior parte das unidades da federação, de acordo com levantamento feito pela Agência Brasil, começam a afrouxar as regras ou a pelo menos definir planos para a retomada gradual das atividades econômicas, mantendo medidas de isolamento social.

Pelo menos 17 estados e o Distrito Federal

publicaram medidas que permitem a flexibilização das normas que foram adotadas inicialmente, discutindo com prefeituras uma retomada gradual, dependendo da situação de cada região. Em pelo menos 14 unidades da federação, essas medidas estão em vigor. Seis estados estão discutindo, mas ainda não têm planos de retomada oficialmente publicados. Alagoas, Bahia e Mato Grosso do Sul estão na fase final e devem publicar os planos em breve. Espírito Santo, Roraima e Mato Grosso discutem as medidas.

As medidas de flexibilização são controversas entre especialistas. Por um lado, a crise econômica enfrentada pelas unidades federativas leva a uma reabertura, por outro, há ainda, no país, um crescimento do número de casos e de mortes por covid-19, doença causada pelo novo coronavírus.

Esta semana, a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmou que o Brasil caminha para a estabilização e que precisa redobrar a cautela. O diretor executivo da OMS, Michael Ryan, alertou que uma estabilização pode se transformar em um aumento de casos, como visto em outros países.

De acordo com o balanço de sexta-feira (19) divulgado pelo Ministério da Saúde, o Brasil tem 1.032.913 pessoas infectadas pelo vírus e 48.954 mortes.

Veja abaixo o levantamento completo:

Região Norte

Acre

No Acre, o governo estadual apresentou no dia 12 de junho o plano Convívio sem Covid, que cria diretrizes para a retomada a partir de indicadores que serão utilizados para definir os planos por município e setor. A autorização da volta de atividades não essenciais será baseada na redução do surgimento de novos casos, na quantidade de testagem, na disponibilidade de novos leitos e no número de internações e na quantidade de mortes em decorrência da pandemia. A medida de isolamento vigente foi prorrogada até segunda-feira (22).

Estão autorizados o funcionamento de serviços médicos, indústria em geral (mas mediante agendamento), empresas em cadeias produtivas de gêneros de primeira necessidade (como alimentos, medicamentos, limpeza, água, gás e combustíveis), supermercados, transporte em rios, restaurantes e oficinas em rodovias, lavanderias, borracharias, call centers, bancos e lotéricas, construção civil, hotéis, moteis e serviços de telecomunicações.

Pelas regras da administração estadual, seguem fechados shoppings, academias, cinemas, museus, teatros, clubes, bares, boates, clínicas de estética, salões de beleza, bem como lojas de roupas e sapatos, de eletrodomésticos e de conveniência. Também estão proibidas as aulas nas redes públicas e privada, assim como em faculdades.

Amazonas

No Amazonas, teve início na semana passado o segundo ciclo do Plano de Retomada Gradual das Atividades Não Essenciais. Ficam

permitidos negócios como livrarias, assistência técnica, imobiliárias, comércios cosméticos, de animais e de materiais de escritório, bem como lojas de informática, de eletrodomésticos e de departamento.

Foram autorizadas a funcionar restaurantes, cafés e padarias para consumo no local, com lotação máxima de metade da capacidade original. O horário máximo de funcionamento será até 22h. Entre as exigências está a fixação dos protocolos de vigilância em saúde. Foram incluídas também no segundo ciclo a prática esportiva ao ar livre.

Para as atividades liberadas no segundo ciclo do plano foram estabelecidas exigências como distanciamento mínimo de 1,5 metro (m), controle de aglomerações, uso obrigatório de máscara promoção da higiene pessoal com disponibilização de álcool em gel e desinfecção dos locais. Os responsáveis pelos locais devem empregar ações de orientação a funcionários e clientes e acompanhar a saúde dos trabalhadores. O não cumprimento das obrigações pode ensejar punições como a suspensão da autorização de funcionamento. O terceiro ciclo está previsto para o dia 29 de junho.

Pessoas do grupo de risco só poderão voltar a trabalhar nessas atividades também a partir de 29 de junho. De acordo com o Ministério da Saúde, estão no grupo de risco são pessoas acima de 60 anos, mesmo que não tenham nenhum problema de saúde associado e pessoas de qualquer idade que tenham doenças pré-existentes, como cardiopatia, diabetes, pneumopatia, doença neurológica ou renal, imunodepressão, obesidade, asma, entre outras.

Amapá

No Amapá, foi assinado no dia 12 o Decreto 1.878, que prorrogou até o dia 30 de junho a quarentena no estado e criou o Plano para Retomada Responsável e Gradual das Atividades Econômicas e Sociais. A restrição, decretada em 3 de abril, indicou a proibição do funcionamento das atividades comerciais, shoppings, cinemas, clubes de recreação, academias, bares, restaurantes, boates, teatros, casas de shows e de espetáculos, clínicas, eventos religiosos que possam gerar aglomeração, motéis, transporte por barcos e agrupamentos de pessoas em locais públicos.

Ao instituir o plano de retomada, o decreto fixou diretrizes para que cada prefeitura defina a retomada de atividades nos municípios. A norma sugere critérios aos prefeitos para avaliarem o nível de abertura, como a dinâmica epidemiológica e as condições da rede de atendimento em saúde de cada localidade. O documento também estipula condições como a adoção de medidas de vigilância em saúde para monitorar novos casos, manutenção de um nível mínimo de leitos desocupados e o cumprimento por empregadores de protocolos de saúde e de higiene nos estabelecimentos.

O planejamento será organizado em fases, que serão avaliadas de acordo com a dinâmica epidemiológica. Fica mantida a recomendação de isolamento de crianças com até 12 anos e pessoas do grupo de risco. O plano traz também outras ações, como rodízio de veículos, e lista critérios para que cada prefeitura defina quais setores deverão ter o funcionamento autorizado, considerando essencialidade, risco de contaminação e

relevância econômica. Além disso, elenca orientações específicas de prevenção e mitigação para diferentes tipos de negócios.

Pará

O governo estadual do Pará adotou o chamado 'distanciamento social controlado'. O Decreto 800 instituiu o plano Retoma Pará. O estado foi dividido em regiões cujos riscos foram classificados de acordo com indicadores como taxa de crescimento dos novos casos e de hospitalizações, leitos de UTI com ventiladores e clínicos disponíveis, quantidade de equipamentos de proteção individual e índice de presença de equipes de saúde.

A partir disso, foram definidas 'zonas' de risco. Atualmente, três das oito regiões (Araguaia, Marajó Oriental e Nordeste) estão na chamada zona de controle 1 (laranja), autorizadas a definir as atividades não essenciais que podem ser abertas. É permitido, por exemplo, o funcionamento de concessionárias, indústrias, comércio de rua, shopping, salão de beleza e construção civil, todas com metade da capacidade. Igrejas podem realizar atividades, mas com até 100 pessoas. Ainda não podem abrir escolas, academias, espaços públicos, atividades imobiliárias e clubes sociais.

As outras cinco regiões (Tapajós, Xingu, Carajás, Baixo Amazona e Marajó Ocidental) seguem na zona denominada Alerta máximo (vermelha). Nestas cidades, são permitidos apenas os serviços considerados essenciais. Nesta etapa, fica proibida a abertura de espaços públicos, imobiliária, academias, teatro e cinemas, bares, restaurantes, shoppings, eventos com aglomeração, igrejas,

Rondônia

Em Rondônia, o governo adotou medidas mais restritivas no início do mês com a publicação do Decreto 25.113 em 5 de junho, que restringiu atividades em Porto Velho e na cidade de Candeias do Jamari, mantendo o funcionamento apenas de atividades essenciais, como alimentação, geração de energia, saúde, restaurante no regime de delivery, escritórios de advocacia, bancos e lotéricas e locais de apoios a caminhoneiros, entre outros.

Na segunda-feira passada (15), foi assinado o Decreto 25.138 disciplinando a retomada das atividades econômicas. Os municípios foram classificados em grupos para a definição das fases dentro do plano de ação estabelecido. Essa divisão levou em consideração aspectos como a taxa de ocupação de leitos. Se a ocupação de leitos ficar acima de 80%, a cidade se enquadra na fase 1, de distanciamento social ampliado. Não há cidades nesta fase.

Quando o índice fica abaixo de 80%, a cidade passa à fase 2, chamada distanciamento social seletivo, em que se encontram a capital Porto Velho e outras 20 cidades. Nesta etapa, ficam liberadas atividades como cultos religiosos e shoppings (sem a liberação de praças de alimentação), concessionárias, academias, salões de beleza e lojas de roupas, informática, eletrodomésticos e sapatos, entre outros.

Conforme o cenário epidemiológico melhora e a ocupação dos leitos cai, cidades podem passar para a fase 3, de abertura comercial seletiva (onde estão 31 municípios). Nela fica

permitido o funcionamento de todo o comércio, à exceção de casas de shows, boates, bares e restaurantes e eventos com mais de 10 pessoas. Esses eventos serão autorizados apenas à cidades na fase 4, de prevenção contínua. Não há cidades nesta fase do plano ainda.

Roraima

Em Roraima, vigora o Decreto 28.662-E, de 22 de março, que definiu as medidas de isolamento social no estado. A norma autorizou o funcionamento de supermercados, açougues, bancos e lotéricas, hospitais e clínicas, farmácias, escritórios de advocacia, comércio de alimentos e medicamentos para animais, postos de combustíveis, oficinas, telecomunicações e internet, call centers e serviços de provimento de água, esgoto e energia elétrica, além de indústrias, serviços agropecuários e meios de comunicação. Os restaurantes e estabelecimentos que servem refeições foram autorizados a operar em sistema de entrega ou de busca no local.

Assim como em outros estados, aos setores permitidos foram estabelecidas obrigações como disponibilização de álcool em gel, fornecimento de máscaras, desinfecção frequente do ambiente e superfícies, controle das aglomerações nos locais, adoção de revezamento e escalas para os trabalhadores e distanciamento mínimo de 2 metros entre funcionários e clientes.

O atual secretário de Saúde do estado, Marcelo Lopes, assumiu o cargo no início do mês. Em reuniões com órgãos de controle na quarta-feira (17), o governo informou que a gestão vai elaborar um novo plano de ação de combate à

covid-19, mas não detalhou o que deverá mudar.

Tocantins

No Tocantins, o Decreto 6.083, de 13 de abril, trouxe recomendações para a abertura gradual das atividades econômicas. O Decreto 6.092, de 5 de maio, trouxe novas recomendações às prefeituras sobre as medidas de distanciamento, como a proibição de serviços não essenciais a exemplo de shoppings, galerias, bares, restaurantes e feiras. Ficaram de fora da recomendação farmácias, clínicas e locais de atendimento médico, entrega de refeições, supermercados, agências bancárias e postos de combustíveis.

Para os demais estabelecimentos comerciais, foram indicadas medidas de segurança como o distanciamento em filas e marcação para sinalizar esse espaço mínimo, manutenção de ambientes arejados, disponibilização de álcool em gel e local para lavagem das mãos, sistema de escala e revezamento de jornada e fixação de horários especiais para atendimento a idosos. O decreto também obrigou o uso de máscara no estado.

O governo manteve até o momento a jornada especial para servidores de seis horas, parques e unidades de conservação fechadas, restrição de visitas a prisões e unidades socioeducativas e a limitação de eventos de caráteres público ou privado que gerem aglomeração. O transporte público só pode funcionar com metade da capacidade de passageiros sentados. As aulas seguem suspensas no estado.

Região Nordeste

Alagoas

No último dia 10, o governo prorrogou, até o dia 22, as medidas de isolamento social no estado. Segundo o governo, isso é fundamental para que se possa confirmar a tendência de queda dos números relacionados à pandemia do novo coronavírus, com vistas à retomada das atividades econômicas em Alagoas.

O estado elaborou um plano para a retomada das atividades econômicas, ainda sem data específica para entrar em vigor. O plano prevê a instituição do protocolo sanitário e de distanciamento social e está fundamentado em cinco fases de reabertura: vermelha, laranja, amarela, verde e branca, sendo a primeira delas aquela em que o estado já se encontra.

O documento, que define as fases de retorno e a ordem dos segmentos que poderão voltar a funcionar, está em fase de aprovação. A previsão é de que seja divulgado hoje (22). O documento foi elaborado pelo grupo de trabalho do Governo de Alagoas, conduzido pelo Gabinete Civil e Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur) e da Fazenda (Sefaz), de forma conjunta com setores produtivos, representantes de sindicatos do Estado e membros da sociedade civil, segundo o governo.

No último dia 15, o governo publicou o Protocolo Sanitário de Distanciamento Social Controlado com uma série de medidas gerais e específicas para vários setores para reduzir os riscos de contágio pelo vírus. Entre as medidas está o uso obrigatório de máscaras, a distância de 1,5 metro entre as pessoas e o aumento da

frequência de limpeza dos estabelecimentos.

Bahia

Na Bahia as medidas de restrição ainda estão em vigor e seguem até 19 de junho, no âmbito do estado, e até 29 de junho, em Salvador. A retomada econômica, no entanto, já está planejada: após diálogo com os setores da **economia** e trabalhadores, o governo elaborou o Plano de Contingência e de Reativação da **Economia**. A previsão é de que o plano seja lançado nas próximas semanas.

No entanto, algumas medidas de incentivo econômico já estão disponíveis: são duas linhas de crédito disponíveis para pequenos negócios pela Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia). A linha de crédito Fungetur, voltada para o segmento do turismo, irá beneficiar as empresas inscritas no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos, o Cadastur.

Antes da pandemia, esse crédito poderia ser financiado em 48 meses, com carência de seis meses. Durante a pandemia o período de parcelamento subiu para 60 meses e a carência passou para 12 meses. A taxa de **juros** atual é de 0,6% ao mês. Para os demais setores, há o crédito BNDES MPME, com taxa de **juros** 0,67% ao mês, com prazo total de 60 meses e carência que pode chegar a 24 meses.

Ceará

O Plano de Retomada Responsável das Atividades Econômicas e Comportamentais começou a ser implementado no início deste mês no estado. O processo de liberação da

atividade econômica conta com uma fase inicial de transição, em que estão contemplados 17 setores, e mais quatro fases de abertura, obedecendo a critérios técnicos, sanitários e epidemiológicos.

Por ter decretado isolamento rígido, Fortaleza apresentou, no fim de maio, estabilidade e aparente curva decrescente, de acordo com o governo. Por isso, a capital está na fase 1, enquanto os demais municípios estão na fase de transição.

Para que o plano avance, é necessário que os setores da **economia** e a população em geral cumpram rigorosamente os protocolos de retomada definidos pelo governo do Ceará, a fim de evitar aumento no número de casos de covid-19.

Serviços considerados essenciais continuam funcionando em todas as fases. Na fase 1, shoppings podem abrir, funcionando de forma controlada. Escolas e outros ambientes educacionais deverão ter as aulas presenciais liberadas apenas na quarta fase. Já praias, praças e parques permanecerão com acesso fechado para evitar aglomerações e a consequente proliferação do coronavírus.

Maranhão

O governo estabeleceu, por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Energia (Seinc), em diálogo com os segmentos empresariais, o Pacto e Protocolos para Retomada das Atividades Econômicas no Maranhão, no qual foram estabelecidas medidas sanitárias que visam dar maior grau de segurança para o retorno das atividades.

O estado chegou a fazer o chamado lockdown, ou seja, o bloqueio total de quase todas as atividades comerciais não essenciais, com multas e outras punições para quem descumprisse as medidas, por determinação judicial.

Desde o dia 25 de maio, atividades econômicas começaram a poder ser retomadas, começando com o funcionamento de estabelecimentos comerciais de pequeno porte, onde somente trabalhavam, antes da pandemia, e continuariam a trabalhar, exclusivamente o proprietário e seu grupo familiar.

Atualmente, podem funcionar no estado minimercados, supermercados e hipermercados; construção civil, cabeleireiros e atividades de tratamento de beleza, clínicas médicas e odontológicas, hotéis e pousadas, transporte coletivo, óticas, bancos e auto escolas.

Desde o dia 15 de junho, foi autorizada a reabertura de lojas de rua e shopping centers, com protocolos específicos para essas atividades. Semanalmente, o estado atualiza a cartilha orientativa com os protocolos sanitários a serem seguidos.

Paraíba

O governo do estado, no último dia 12, adotou, por meio de decreto, o Plano Novo Normal Paraíba, que define a retomada gradual das atividades, com base em indicadores como a quantidade percentual de novos casos, letalidade, ocupação da rede hospitalar da região e percentual de isolamento social.

O estado propõe a classificação dos municípios por bandeiras: vermelho, laranja, amarelo e verde. Segundo dados estaduais, a maioria dos municípios (93%) está com bandeiras laranja e amarela. Cada bandeira de classificação corresponde a diferentes graus de restrição de serviços e atividades.

Os locais com bandeira vermelha têm as maiores restrições, inclusive de locomoção. A bandeira laranja permite o funcionamento apenas das atividades essenciais, a amarela têm restritas as atividades que representam maior risco para o controle da pandemia. Já a verde permite que todos os setores estejam em funcionamento adotando medidas para o distanciamento social. Escolas, por exemplo, só podem voltar a funcionar na bandeira verde. Em todas as bandeiras, podem funcionar atividades essenciais como restaurantes, com restrições, e lojas comerciais, apenas para delivery.

Pernambuco

O estado apresentou, no dia 1º de junho o Plano de Convivência das Atividades Econômicas com a Covid-19, que estabelece a retomada gradual de 32 setores da **economia** em Pernambuco, com protocolos gerais e específicos de segurança baseados em distanciamento social, higiene, monitoramento e comunicação para evitar o contágio por coronavírus.

Segundo o governo, as novas regras para funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços serão determinadas conforme ocorra o avanço das próximas etapas do plano, que foi dividido em 11 semanas. Para essa semana, começando no dia 15, estava

prevista a reabertura gradual do varejo de bairro, salões de beleza e serviços de estética, delivery e coleta de shoppings centers e centros comerciais, além do retorno dos treinos de futebol profissional.

Os estágios variam entre as regiões do estado e os municípios. A evolução entre etapas da flexibilização é determinada pelo gabinete de enfrentamento à covid-19 em reuniões realizadas semanalmente. O retorno de eventos esportivos com torcida limitada está entre as atividades liberadas apenas nos últimos estágios da reabertura. No protocolo padrão, a ser adotado por todas as atividades em funcionamento durante a pandemia, está previsto o distanciamento de pelo menos 1,5 metro entre as pessoas e o uso de máscaras nos estabelecimentos, entre outras medidas de segurança. [LINK: /]

Piauí

O estado elaborou o chamado Pró-Piauí - Pacto pela Retomada Organizada, que foi disponibilizado para consulta pública, com protocolos sanitários gerais e específicos para diferentes áreas. Apesar de não haver data definida, de acordo com o governo, a reabertura econômica deverá acontecer no final deste mês, de forma gradual, começando pelos setores da construção civil, automotivo e de clínicas e consultórios médicos.

O protocolo de retomada prevê quatro fases, sendo a primeira, a fase zero, que é a que o estado atualmente se encontra. Nessa fase, estão liberadas apenas as atividades essenciais e as não essenciais estão fechadas ou parcialmente fechadas.

A partir da fase 1, começam a ser liberadas as atividades classificadas pelo estado como de alto impacto econômico, como indústrias de transformação, comércios, construção e agricultura. Na última fase, a fase 3, há a liberação de todas as atividades com protocolo de restrições sanitárias. Avaliações serão feitas a cada 14 dias, que é o tempo do ciclo da doença.

Rio Grande do Norte

O chamado Plano de Retomada das Atividades Econômicas, de acordo com o governo estadual, está pronto e foi discutido com o setor produtivo. Para que seja colocado em prática, no entanto, é preciso que a taxa de transmissibilidade chegue a 1, atualmente está em torno de 1,5; e que a taxa de ocupação de leitos se estabilize em até 70%. Hoje está, em média, acima de 90%.

Sobre o isolamento social, o governo propôs aos municípios o chamado Pacto pela Vida. Ao invés de afrouxar, o pacto, proposto no início do mês, tem o objetivo de endurecer as medidas de distanciamento social, para conter a pandemia. O governo realiza fiscalizações nas ruas e em estabelecimentos comerciais para evitar aglomerações.

No último dia 1º foi definida uma subcomissão responsável pela realização de ações concretas, como rondas nos bairros e comércios, fiscalização nas feiras livres, fechamento do acesso às praias, controle de trânsito e proibição de circulação em algumas áreas públicas. As medidas de distanciamento social adotadas pelo estado estão vigentes até, pelo menos, quarta-feira 24.

Sergipe

O Plano de Retomada e Abertura Gradual da **Economia** começa a vigorar amanhã (23), prevendo o retorno, aos poucos, de atividades socioeconômicas consideradas não essenciais.

A abertura se dará levando em consideração a disseminação da doença, ou seja, os cenários de evolução da pandemia, e a capacidade do sistema de saúde, em termos de leitos, insumos e recursos disponíveis. Também são levados em consideração os protocolos sanitários, de saúde e higiene no trabalho e a adesão da população às restrições sociais. A abertura será de forma gradual em três fases.

Atualmente, o estado está na fase com o nível máximo de restrição de atividades não essenciais, com algumas flexibilizações. Em seguida, vêm as etapas laranja, identificada como controle; amarelo, de flexibilização; e verde, de abertura parcial ou normal controlado.

A previsão é que o estado chegue a 95% de flexibilização em seis semanas, se forem cumpridos os parâmetros de taxa de ocupação de leitos, indicadores complementares e decisão do Comitê Gestor de Retomada Econômica (Cogere).

A partir da primeira fase, cada uma das próximas etapas precisa obedecer a um prazo de 14 dias, e só haverá flexibilização caso os parâmetros de saúde estabelecidos no Plano de Retomada sejam cumpridos. O estado alerta que o cronograma pode ser prorrogado, dependendo do comportamento dos indicadores epidemiológicos. Poderá haver regresso à fase anterior, caso os parâmetros

piorem e o Cogere avaliar necessário.

Centro-Oeste

Distrito Federal

No Distrito Federal, unidade da federação pioneira na aplicação de medidas de distanciamento social, o governo iniciou a abertura gradual no mês de maio. Foram inicialmente permitidas atividades essenciais a exemplos de outros estados, como farmácias, supermercados, açougues, postos de combustível e lojas de conveniência. No dia 18 de maio, lojas de roupas e calçados e serviços de corte e costura tiveram autorização para abrir as portas. O horário foi limitado das 11h às 19h. No dia 22 de maio, um decreto autorizou a abertura de shoppings, também com horário reduzido, de 13h às 21h.

Os estabelecimentos autorizados devem assegurar afastamento de pelo menos 2 metros entre as pessoas, disponibilização de álcool em gel, fornecimento de EPIs aos trabalhadores e organização de escalas de trabalho, exceto para trabalhadores dos grupos de risco. O GDF também tornou obrigatório o uso de máscara facial, sob pena de multas. No caso dos shoppings, foram aprovadas obrigações adicionais, como fechamento das áreas recreativas e de praças de alimentação, medição da temperatura dos clientes e testagem periódica dos trabalhadores.

A partir de 3 de junho, os parques da capital foram reabertos. Também foi autorizado o funcionamento de igrejas e templos na capital. O decreto de 30 de maio, no entanto, restringiu essas atividades a locais com capacidade para mais de 200 pessoas e manteve o afastamento

mínimo de 1,5 metros entre as pessoas, nas missas e cultos. Bares, restaurantes, salões de beleza, academias, eventos públicos, clubes e feiras populares (com exceção da venda de alimentos) permanecem proibidos.

Goiás

Em Goiás, o Decreto 9.653, de 19 de abril de 2020, estabeleceu uma série de medidas de prevenção e proteção contra a pandemia, como obrigatoriedade de máscaras em locais públicos. O governo estadual estipulou um conjunto de orientação para determinados tipos de estabelecimentos, cuja definição sobre abertura ou fechamento cabe às prefeituras.

Para academias, por exemplo, é recomendada a adoção de etiqueta respiratória (cobrir o rosto ao tossir ou espirrar), disponibilizar material para higienização das mãos, observação de distância mínima de 2 metros e manutenção de ambientes arejados. Para restaurantes, além dos cuidados com o ambiente são indicadas também ações de higienização de objetos utilizados e paredes. Para empresas, para além do estímulo à higienização o governo sugere a disponibilização de álcool em gel e acesso a pias a trabalhadores e público, definição de uma rotina de desinfecção e não compartilhamento de utensílios.

Em Goiânia, a reabertura de atividades começou no início do mês, com imobiliárias, mercados municipais e espaços de treinamento de times. A prefeitura publicou na sexta-feira (19) um decreto com o plano de retomada de atividades.

Foram liberados o comércio varejista e atacadista, shoppings e sedes de profissionais

liberais, que passam a funcionar a partir de hoje. Igrejas e espaços religiosos poderão realizar missas, cultos e eventos semelhantes pelo menos duas vezes por semana. Para funcionar, os estabelecimentos deverão disponibilizar álcool em gel e local para lavagem das mãos, além de respeitar o escalonamento de horários. O uso de máscara é obrigatório e quem não respeitar a determinação pagará multa de R\$ 627.

Mato Grosso

O governo de Mato Grosso informou que ainda não tem um plano de retomada econômica pós-pandemia, mas que tem adotado medidas com o objetivo de auxiliar a população e as empresas durante este momento de dificuldade financeira ocasionada pelo novo coronavírus. Uma das ações foi prorrogar o pagamento do ICMS para empresas do Simples Nacional. Além dos pequenos empreendedores, mais de 147 mil famílias de baixa renda foram beneficiadas com a isenção do ICMS da energia elétrica.

Outra medida que integra o pacote de ações foi a prorrogação do pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) deste ano. Com isso, mais 700 mil proprietários ganharam mais tempo para quitar o tributo.

Houve ainda a prorrogação de obrigações acessórias, da validade das Certidões Negativas de Débitos, tributários e não tributários e isenção do ICMS de produtos e mercadorias usados para prevenção e combate da covid-19, desde que sejam doados a entidade governamental ou assistencial.

Mato Grosso do Sul

TCE deve receber dados do Consórcio Nordeste nesta segunda-feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Encerra hoje (22) o prazo estabelecido pelo conselheiro Gilberto Jales (TCE) para que o governo encaminhe todas as informações relacionadas ao Consórcio Nordeste.

A solicitação do Tribunal de Contas do Estado tem tudo a ver com a compra fraudada de respiradores pulmonares via consórcio, que provocou um rombo de quase R\$ 50 milhões nos cofres dos 9 estados nordestinos. No que diz respeito ao RN, o prejuízo beirou R\$ 5 milhões.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) ficou encarregada de encaminhar ao conselheiro.

Ao longo das últimas três semanas, o portal

nominuto.com tentou jogar luz nos números do RN desde a criação do consórcio em julho do ano passado.

Conforme noticiamos nesse quase um ano de participação do RN na autarquia, foram realizadas várias compras de insumos para o setor da saúde, com destaque para os medicamentos que abastecem a UNICAT [Unidade Central de Agentes Terapêuticos] e os hospitais da rede pública.

Houve **economia** de pelo menos 30% nos preços médios do **mercado**, conforme alardeou o governo nas primeiras compras.

No momento que o Consórcio Nordeste passa por uma crise de confiabilidade [MPF, TCEs, comissões em ALs, ameaças de CPIs, recomendações para que cessem as operações dos estados via consórcio], o portal nominuto.com desejava separar o episódio dos respiradores - uma compra emergencial - dos benefícios em torno do consórcio, tido como bom instrumento de gestão, por quem o defende.

Neste episódio, o do Consórcio Nordeste, o governo estadual levou nota ZERO de transparência. ZERO.

A imprensa não conseguiu ter acesso às informações, e permaneceu enredada num jogo de empurra entre as assessorias de imprensa do governo e do consórcio, do silêncio da PGE e da promessa não cumprida pelo ex-deputado e secretário de gestão do governo, Fernando Mineiro, que ficou de encaminhar as informações na sexta-feira (19).

Infelizmente, nós ficamos sem as informações

sobre as ações e operações de compra do RN via Consórcio Nordeste.

Agora, cabe ao TCE dar publicidade aos dados após a análise dos técnicos da corte e apreciação do conselheiro Gilberto Jales. O processo pode levar mais algumas semanas, mas creio que a opinião pública terá acesso às informações.

Por enquanto, vale a máxima do embaixador Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda:

"Eu não tenho escrúpulos; o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde".

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Desregulamentação e novo Bolsa Família estão na agenda pós-crise



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Após as medidas emergenciais para conter os efeitos mais dramáticos da pandemia, a equipe econômica prepara a retomada das reformas estruturais. A reformulação das políticas sociais deve ser um dos focos nessa fase, mas também estão na mesa iniciativas para simplificar a vida de empresas.

Um dos pontos da agenda é promover uma "grande desregulamentação". Segundo apurou o Estadão/Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, técnicos estão fazendo um pente-fino em normas e obrigações de vários setores. A ideia é retirar, simplificar ou reduzir obrigações com o objetivo de facilitar a retomada para empresários.

Na equipe do ministro da **Economia**, Paulo Guedes, há um consenso de que a adoção de novas medidas é essencial para impulsionar a **economia** e de que a sinalização de compromisso com a agenda de reformas será decisiva para que investidores confiem no País.

Além da desregulamentação, o governo vai centrar seus esforços num primeiro momento em mudanças de marcos legais, como saneamento, setor elétrico, ferrovias e independência do Banco Central.

Muitas dessas propostas já estão no Congresso e travaram no passado diante das dificuldades do governo em consolidar uma base de apoio no Parlamento. Com a aproximação entre o Palácio do Planalto e o Centrão, a expectativa é de que as condições de aprovação sejam maiores.

Num segundo momento, ainda em 2020, a equipe econômica pretende disparar as reformas mais estruturantes, que devem ter um foco social aliado a um incentivo às contratações de trabalhadores registrados.

É nessa frente que está o Renda Brasil, como vem sendo chamado o programa que sucederá o Bolsa Família. A ideia é ampliar a rede de assistência para incluir milhões de "invisíveis" que agora surgiram aos olhos do governo com o cadastro do auxílio emergencial de R\$ 600.

A equipe econômica também prepara uma desoneração da folha de salários semelhante a do Programa Verde Amarelo, que liberou as

empresas de pagarem contribuição patronal e alíquotas referentes ao **salário**-educação e ao **Sistema S** na contratação de jovens entre 18 e 29 anos com **salário** de até R\$ 1.567,50. A Medida Provisória que criou o contrato perdeu a validade sem que houvesse consenso no Congresso para sua aprovação. Agora, uma das alternativas é que a desoneração não seja limitada por faixa etária.

Medidas de simplificação tributária também serão prioridade. O governo deve sugerir a criação do IVA federal, com a unificação de PIS/Cofins, por meio de um projeto de lei.

Dentro da equipe econômica há quem avalie que o avanço agora da PEC 45, que inclui reformulação de **tributos** como ICMS, pode ser muito difícil com "Estados saindo da guerra". Mesmo com uma transição, alguns governos estaduais podem perder receitas com a reforma.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

Covid-19 tira 1,4 milhão do mercado de trabalho por motivo de doença



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Quando Alcides da Silva, de 52 anos, começou a sentir dores e uma febre alta, ficou desesperado. Três vizinhos em Guaianazes, periferia de São Paulo, haviam morrido após contrair o novo coronavírus e, de uma hora para outra, o peso do desemprego que ele carrega há mais de um ano se somou ao medo do coronavírus. "Imagine ver as contas chegando e não poder procurar trabalho. É como olhar para os lados e não ver saída."

O auxiliar de limpeza viu suas chances de voltar ao **mercado** de trabalho ficarem ainda mais distantes quando o primeiro teste de covid-19 que fez deu inconclusivo. Ele precisa ficar em isolamento e tomando remédios. "Minha rotina

virou ir ao médico. E quando se chega a uma certa idade, fica cada vez mais difícil trabalhar. Recebi duas cestas básicas de um movimento que faz ocupações para quem não tem casa. Todo mundo se ajuda, mas o dia seguinte preocupa."

Silva faz parte de um contingente que cresceu muito com o avanço da covid-19: o de pessoas que se tornaram indisponíveis para trabalhar, sobretudo por terem ficado doentes ou tiveram de cuidar de alguém doente. Segundo um levantamento de Marcel Balassiano, pesquisador do Ibre/FGV, com base nos dados da Pnad Contínua, o número de brasileiros que estavam desempregados, mas ficaram impedidos de buscar trabalho por problemas pessoais - sobretudo por estarem doentes - saltou de 3,3 milhões no trimestre até fevereiro para 4,7 milhões até abril. São cerca de 1,4 milhão de pessoas, um aumento de 45%.

Essa alta é bem maior que a do número de desalentados, aqueles que deixaram de procurar trabalho por acharem que não iriam encontrar uma nova colocação, que cresceu 7% no mesmo período. O número inclui pessoas que não estavam disponíveis por conta de estudos ou mulheres que ficaram grávidas. Mas a alta expressiva aponta que a saúde foi o item que mais pesou no aumento.

E a avaliação de Balassiano é que esse quadro pode ficar ainda pior. "O País já estava em uma situação muito ruim, que o novo coronavírus só agravou. A dívida pública vai para 90% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto se tenta achar saídas para minimizar a crise de saúde. O

mercado de trabalho tende a piorar", diz.

Em maio, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fez, em parceria com o Ministério da Saúde, uma pesquisa específica, a Pnad Covid-19. Como as amostras e os períodos são diferentes, não é possível comparar a Pnad Covid com a Pnad Contínua, mas os números de maio revelam detalhes dos efeitos da pandemia.

Eles apontam, por exemplo, que 25,7 milhões de pessoas estavam fora da força de trabalho, mas gostariam de trabalhar. Além disso, 17,7 milhões de trabalhadores não puderam procurar emprego por causa da pandemia ou não acharam uma vaga na região em que moram.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro adota tom ameno com Congresso, mas volta a criticar a OMS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Presidente Jair Bolsonaro e Rodrigo Maia (foto: Sérgio Lima/AFP)

O presidente da República, Jair Bolsonaro, deu uma entrevista exclusiva ao canal televisivo AgroMais após a solenidade de inauguração da rede. Bolsonaro falou sobre o potencial do agronegócio brasileiro, sobre a implementação da Ferrovia Norte-Sul, e adotou um tom moderado e amigável ao falar sobre o Congresso. Ainda assim, voltou a pedir a governadores e prefeitos que reabram seus comércios, e afirmou que a Organização Mundial da Saúde se equivocou em relação ao isolamento social, sem apresentar a base de seu raciocínio. O Brasil tem 50.617 pessoas

mortas por conta da pandemia de coronavírus, que ainda está em franca ascensão em muitas regiões.

Questionado sobre as pautas mais importantes para o Brasil em ano de coronavírus e eleições municipais, o presidente destacou o novo marco legal para o saneamento básico. 'Fui parlamentar por 28 anos, e sei que anos eleitorais, pelo menos metade do ano, tem complicação. Mas dá pra andar as pautas mais importantes, pois a **economia** atinge a todos. Se não for bem, todo mundo sofre. Não só os mais humildes ou no campo. A questão do saneamento, é o mais importante. temos quase 100 milhões de pessoas sem água encanada e esgoto. Não vai ser de uma hora para outra, mas já começamos a diminuir essa necessidade. E você, ao melhorar essas coisas, têm um alívio no tocante da saúde, muitas pessoas se acometem de doenças por causa disso e pressionam o sistema de saúde', afirmou.

Ainda sobre o Congresso, Bolsonaro disse saber que as coisas caminham devagar e que todos querem mais agilidade, mas que também sabe dos percalços. 'Muita coisa pode acontecer, caminha devagar, sabemos disso, queremos mais agilidade, mas sabemos das dificuldades. Nos acertamos com o parlamento nos últimos dois meses, e passamos a conversar com todos os partidos. E há conscientização que há uma questão da pandemia. O campo não parou, mas as cidades, em muitos estados, pararam, e não vai ser fácil fazer pegar no tranco novamente', disse.

'Por isso, a gente apela a governadores e prefeitos que, obviamente com responsabilidade, comecem a abrir o comércio. Novas informações vêm do mundo todo, da OMS, através de seus equívocos, e talvez, tenha havido um pouco de exagero no trato dessa questão. Lá atrás sempre falei, vida e emprego, uma coisa está atrelado a outra. Não podemos, em alguns locais isolados, fazer com que o efeito colateral do tratamento da pandemia seja mais danoso que a própria pandemia. Volta no meu entender, aos poucos, por mim teria mais agilidade no comércio', sugeriu.

Bolsonaro também destacou que pretende reajustar o valor do pagamento do auxílio emergencial, mas ao lado dos presidentes da Câmara e do Senado. 'Tivemos um plano ousado, um auxílio emergencial de R\$ 600 para mais de 50 milhões de pessoas. Estamos pagando a terceira parcela. O (ministro da **Economia**) Paulo Guedes decidiu pagar a quarta e a quinta parcela e falta acertar o valor. A União não aguenta outra do mesmo montante. Por mês, nos custa R\$ 50 bilhões. Se o país se endividar demais, **juros** a longo prazo, a selic tem um recorde negativo nunca visto. Devemos economizar com essas medidas em torno de R\$ 150 bi que não vamos pagar em **juros**, queremos atender o povo com muita responsabilidade. O comércio voltando a abrir, esse valor emergencial que vai ser negociado com o presidente da Câmara e Senado, podemos ter um valor um pouco mais baixo, mas não o valor cheio', supôs.

Fonte: Luiz Calcagno / Correio Braziliense

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

AGN apresenta linhas de financiamento em reuniões virtuais com polos turísticos do RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte participou nesta segunda-feira (22), ao lado da Secretaria de Turismo, de uma série de reuniões com os polos turísticos do Estado para apresentar as condições especiais de linhas de crédito voltadas para o trade turístico potiguar atravessar a crise econômica imposta pela paralisação da atividade em razão da pandemia do novo coronavírus (covid-19).

O evento "AGN e as linhas de crédito para empresas do trade turístico do RN" reuniu ao longo de três dias, secretarias municipais, entidades, representantes e empreendedores do setor nos polos Natal, Tibau do Sul, Litoral Sul, Litoral Norte, Seridó, Agreste-Trairí, Polo

Serrano, Costa Branca.

As medidas de apoio e socorro ao setor foram apresentadas pela diretora-presidente da AGN, Márcia Maia, e técnicos da instituição, além da secretária estadual de Turismo, Ana Maria Costa em encontros realizados por videoconferência entre os dias 16 e 18 deste mês de junho.

A Agência de Fomento apresentou a linha Pró-Turismo, viabilizada e regulamentada através do Fungetur/Mtur, que visa atender microempreendedores Individuais, além de micro, pequenas e médias empresas com atuação relacionada à cadeia produtiva do setor do Turismo e inseridas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Mtur - Cadastur. O cadastro é gratuito e sai em até cinco dias úteis.

A dirigente apresentou também a linha exclusiva do Microcrédito do Empreendedor para atender também microempreendedores individuais (MEIs) e profissionais do setor que atuam de maneira informal. Nos dois casos, os empreendedores podem ter acesso a crédito em condições especiais quanto aos valores e carência, além do bônus de adimplência - pagamento em dia das parcelas garante subsídio pela própria Agência aos **juros**.

"É fundamental que possamos realizar essas ações integradas para oferecer alternativas para os empreendedores do nosso estado, especialmente em segmentos sensíveis e que, como o Turismo, devem levar mais tempo para retomarem o ritmo pré-pandemia. Estamos

diálogo permanente entre as instituições e o setor produtivo, inclusive com a participação da governadora Fátima Bezerra, para encontrar soluções e alternativas para colaborar e reduzir o impacto desta crise mundial no setor e na vida dos potiguares', concluiu Márcia Maia.

Antes, a AGN já havia anunciado, a ampliação da margem de financiamento para microempreendedores individuais (MEIs), a possibilidade de pausa na cobrança de financiamentos ativos e adimplentes, ampliação da carência para novos financiamentos, novas linhas de crédito para Agricultura Familiar e Juventude, novos canais de atendimento, simplificação para contratação, dentre outras medidas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Mercado projeta queda do PIB em 6,50% este ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A previsão do **mercado** financeiro para a queda da **economia** brasileira este ano foi ajustada de 6,51% para 6,50%. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - está no boletim Focus, publicação divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa é de crescimento de 3,50%, a mesma previsão há quatro semanas. Em 2022 e 2023, o **mercado** financeiro continua a projetar expansão de 2,50% do PIB.

Dólar

A previsão para a cotação do dólar permanece em R\$ 5,20, ao final deste ano. Para o fim de 2021, a expectativa é que a moeda americana fique em R\$ 5.

Inflação

As instituições financeiras consultadas pelo BC ajustaram a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 1,60% para 1,61%.

Para 2021, a estimativa de inflação permanece em 3%. A previsão para os anos seguintes - 2022 e 2023 - também não teve alterações: 3,50%.

A projeção para 2020 está abaixo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,5% e o superior, 5,5%.

Para 2021, a meta é 3,75% e para 2022, 3,50%, também com intervalo de 1,5 ponto percentual em cada ano.

Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de **juros**, a Selic, estabelecida atualmente em 2,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o **mercado** financeiro, a expectativa é que a Selic encerre 2020 em 2,25% ao ano, a mesma previsão da semana passada.

Para o fim de 2021, a expectativa é que a taxa básica chegue a 3% ao ano. Para o fim de 2022, a previsão é 5% ao ano e para o final de 2023, 6% ao ano.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica. Entretanto, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os **juros** cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de **juros**, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os **juros** mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

*Fonte: Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Recuo na produtividade



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz antônio felipe

Nos três primeiros meses do ano a produtividade brasileira teve uma forte queda. 'A paralisação da **economia** decorrente da pandemia resulta em perdas imediatas na eficiência do processo produtivo", diz o economista Fernando Veloso, pesquisador do Ibre/FGV. Para os analistas, a inovação é o caminho para enfrentar a crise e ganhar produtividade. Passa por pequenas modificações no processo produtivo até a captação de novos clientes, roteiro para se adaptar ao novo **mercado**, por novos conhecimentos, novos hábitos e desejo do consumidor e digitalização de processos. Os investimentos em inovação são decisivos para

minimizar os efeitos da covid-19, afirma Robson Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria. 'A resposta que daremos neste momento determina nosso futuro', diz.

Exportações

Enquanto o País espera por investimentos em inovação, a balança comercial brasileira segue registrando superávit ancorada em produtos básicos (primários). Fecha a terceira semana de junho com superávit de US\$ 1,653 bilhão. Até 21 de junho, o saldo é positivo em US\$ 4,794 bilhões.

Variação

A retração de 6,4% do PIB em 2020 será puxada por serviços e a recuperação deve ser mais lenta do que a esperada. O **mercado** está prevendo uma queda no Produto Interno Bruto (PIB) de 6,50%, aponta o boletim Focus, do Banco Central. O juro básico, no fim de 2020, permanece em 2,25% ao ano e, em 3,00%, para 2021 A projeção de IPCA 2020 passa de 1,60% para 1,61% e segue em 3,00% para 2021.

Retração

O Monitor do PIB FGV IBRE aponta retração de 9,3%, na atividade econômica em abril. Em plena pandemia, não poderia ser diferente. No trimestre móvel findo em abril, a retração foi de -6,1%, em comparação a março. Na comparação interanual a **economia** retraiu 13,5% em abril e 4,9% no trimestre até abril. O avião chamado 'Brasil', aterrissou já sem o trem de pouso, ainda em março. Aliás, a demanda por voos domésticos caiu 90,97% em maio.

Cotações

O preço do barril de petróleo (spot) chega aos U\$ 40,604 +1,18%, com a oferta reduzida e o relaxamento em vários países; o dólar fecha a R\$ 5,27, uma queda leve de -0,89%. O Ibovespa -1,28 a 95.336 pontos. Novamente o **mercado** oscilou durante todo o dia.

Confiança em alta

Mais um indicador positivo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A confiança da indústria nacional mostra forte recuperação e sobe 15,2 pontos em junho ante maio, diz a prévia da fundação. É a maior variação mensal positiva da série depois de uma melhora na percepção dos empresários sobre a situação atual e sobre os próximos meses. Não é e não podemos ficar de cabeça baixa o tempo todo.

Prazo

O calendário vai sendo espremido ao longo do ano, sem deixar brechas para festejos, nem eventos. A Expofruit 2020 foi adiada para 2021. A Feira Internacional da Fruticultura Tropical Irrigada, que seria em agosto deste ano, em Mossoró, será em agosto de 2021, de 25 a 27. Essa é a primeira vez em 23 anos que a Expofruit é adiada.

Chuvas

Um fim de semana de ventos fortes e mais chuvas no interior e litoral, inclusive, no Oeste, pelo registro da Emparn. O inverno no RN começou no sábado, com previsão em julho de temperatura média do estado variando entre 19,5°C e 8,5°C. As chuvas enchem ainda mais açudes e barragens e os ventos fortes geram energia.

Capitalização

Chega ao RN o título de capitalização da MAPFRE, que vai beneficiar a Casa Durval Paiva. O Doacap é um título de capitalização da modalidade filantrópica premiável. Cada unidade é vendida por R\$ 10,00 e os consumidores concorrem a um sorteio de R\$ 100 mil. O título poderá ser adquirido online ou em pontos de venda de varejistas.

Contaminação

O RN está entre dois estados com muitos casos do coronavírus. Na Paraíba, o registro de mortes por coronavírus caiu 21% em uma semana, subindo para 766. São 36,8 mil casos confirmados. No Ceará, também registra recuos mais os casos continuam e o número de mortes se aproxima dos seis mil.

Medidas

Os dados do Governo do RN, mostram que até o momento foram abertos 385 leitos para atendimento de casos de Covid 19. São 192 Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e 193 leitos clínicos em todo o Estado e ficará para o futuro. Mas, sem respeitar o isolamento, continua a alta ocupação dos leitos com o crescimento do número de casos.

Plano Safra

O Banco do Nordeste investirá R\$ 8,26 bilhões no Plano Safra 2020-2021. O valor representa incremento de 6% em relação ao orçamento disponibilizado para o BNB no Plano Safra 2019/2020, que está terminando. As mudanças serão detalhadas no dia 2 de julho.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro diz que não dá para suportar mais parcelas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro disse nesta segunda-feira, 22, que o governo não suportará pagar mais duas parcelas do auxílio emergencial no valor de R\$ 600, além das três já programadas. "O Paulo Guedes decidiu pagar a quarta e a quinta, mas falta acertar o valor. A União não aguenta outro com esse mesmo montante", disse Bolsonaro ao canal Agro+, da Band TV.

Segundo ele, um valor do auxílio mais baixo será negociado no Congresso, já que o que está em vigor custa R\$ 50 bilhões por mês ao governo. "Queremos atender o povo, mas com muita responsabilidade", afirmou. A maneira mais rápida de diminuir a dependência do auxílio para a população é reabrir o comércio

nas cidades, afirmou Bolsonaro.

O presidente avalia as medidas de isolamento social tomadas por Estados e municípios para conter a disseminação do novo coronavírus como "um exagero" e acredita que não vai ser fácil para a **economia** pegar no tranco, já que embora o campo não tenha parado, as cidades e muitos Estados fecharam o comércio.

"Não podemos deixar que o efeito colateral do tratamento da pandemia seja mais danoso do que a própria pandemia. Vida e emprego, uma coisa está completamente atrelada à outra", disse Bolsonaro.

Medidas

Após as medidas emergenciais para conter os efeitos mais dramáticos da pandemia, a equipe econômica prepara a retomada das reformas estruturais. A reformulação das políticas sociais deve ser um dos focos nessa fase, mas também estão na mesa iniciativas para simplificar a vida de empresas.

Um dos pontos da agenda é promover uma "grande desregulamentação". Segundo apurou o Estadão/Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, técnicos estão fazendo um pente-fino em normas e obrigações de vários setores. A ideia é retirar, simplificar ou reduzir obrigações com o objetivo de facilitar a retomada para empresários.

Na equipe do ministro da **Economia**, Paulo Guedes, há um consenso de que a adoção de novas medidas é essencial para impulsionar a **economia** e de que a sinalização de compromisso com a agenda de reformas será decisiva para que investidores confiem no País.

Além da desregulamentação, o governo vai centrar seus esforços num primeiro momento em mudanças de marcos legais, como saneamento, setor elétrico, ferrovias e independência do Banco Central.

Muitas dessas propostas já estão no Congresso e travaram no passado diante das dificuldades do governo em consolidar uma base de apoio no Parlamento. Com a aproximação entre o Palácio do Planalto e o Centrão, a expectativa é de que as condições de aprovação sejam maiores.

Num segundo momento, ainda em 2020, a equipe econômica pretende disparar as reformas mais estruturantes, que devem ter um foco social aliado a um incentivo às contratações de trabalhadores registrados.

É nessa frente que está o Renda Brasil, como vem sendo chamado o programa que sucederá o Bolsa Família. A ideia é ampliar a rede de assistência para incluir milhões de "invisíveis" que agora surgiram aos olhos do governo com o cadastro do auxílio emergencial de R\$ 600.

A equipe econômica também prepara uma desoneração da folha de salários semelhante a do Programa Verde Amarelo, que liberou as empresas de pagarem contribuição patronal e alíquotas referentes ao **salário**-educação e ao **Sistema S** na contratação de jovens entre 18 e 29 anos com **salário** de até R\$ 1.567,50. A Medida Provisória que criou o contrato perdeu a validade sem que houvesse consenso no Congresso para sua aprovação. Agora, uma das alternativas é que a desoneração não seja limitada por faixa etária.

Medidas de simplificação tributária também serão prioridade. O governo deve sugerir a criação do IVA federal, com a unificação de PIS/Cofins, por meio de um projeto de lei.

Dentro da equipe econômica há quem avalie que o avanço agora da PEC 45, que inclui reformulação de **tributos** como ICMS, pode ser muito difícil com "Estados saindo da guerra". Mesmo com uma transição, alguns governos estaduais podem perder receitas com a reforma.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

MP de Contas pede suspensão de salário de R\$ 30 mil de Sergio Moro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

O Subprocurador-Geral do Ministério Público de Contas, Lucas Rocha Furtado, pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) que o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro pare de receber **salário** no período de quarentena tendo em vista as colunas que passou a escrever recentemente na revista *Crusoé* e no jornal *O Globo*.

O ex-ministro recebe **salário** de cerca de R\$ 30 mil até outubro, quando se encerra a quarentena de seis meses que ele deve cumprir após ter deixado o cargo de ministro de Estado. Moro deixou o governo do presidente Jair

Bolsonaro no final de abril, alegando que o presidente estaria tentando interferir politicamente na Polícia Federal.

'Privilegiado com a autorização da Comissão de Ética Pública, é de conhecimento que o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Sérgio Moro, vem acumulando funções em diversos veículos de comunicação, dentre os quais a revista '*Crusoé*' e o jornal '*O Globo*', aponta Furtado. As informações são da CNN Brasil.

O subprocurador expressa preocupação com o uso de informações privilegiadas por Moro e questiona o recebimento de recursos públicos para deixar de trabalhar quando, em verdade, está trabalhando.

Moro se defende

Em nota, o ex-ministro disse que a atuação foi autorizada pela Comissão de Ética da Presidência da República e não gera conflito de interesses. Segundo ele, esse é um direito à liberdade de expressão. Moro alega, ainda, que a quarentena está relacionada à advocacia e à prestação de serviços de consultoria, atuações que ele não está seguindo.

Congresso em Foco*

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Diário da Quarentena - LXII



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Vicente Serejo

Um dia, quando esse dia chegar, e a vida brasileira reencontrar a água boa e já dormida em quartinha serenada - na bela expressão do escritor Tarcísio Gurgel - este país talvez supere o conflito improdutivo - direita versus esquerda - que substitui argumentos por desaforos sem a riqueza de ideias. As vozes dos nossos melhores quadros de pensamento foram sufocadas pela banalização e perdemos o que havia de mais autêntico no exercício da vida política e intelectual.

Do pensamento de esquerda que tivemos, resta o núcleo acadêmico, hoje circunscrito às salas de aula e aos seus livros; e uma direita

traduzida na forma precária do revanchismo inconsequente, às vezes, serviçal. Quem lançar o olhar nos quadros, mesmo do governo militar, vai notar o que tivemos de autêntico, de um lado e outro, discordemos ou não, todos acima dos ismos que hoje usinam a reflexão ideológica depauperada por oportunismos os mais flagrantes.

Na política, tivemos conservadores com a magnitude de um Afonso Arinos, Alceu do Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Milton Campos, Tancredo Neves, San Tiago Dantas e Carlos Lacerda. Na **economia**, os conservadores eram Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen e Delfim Neto, para citar os maiores. O que temos hoje na pauta das nossas pobres indagações e perplexidades do cenário atual, são personagens pobres de grandeza intelectual.

Na educação, tivemos educadores do porte de Anísio Teixeira, um Paulo Freire e um Darci Ribeiro. E o que temos hoje? Abraham Weintraub, falando e escrevendo errado, contra as universidades, a autonomia da sala de aula, censurando livros, soltando suas golfadas cheias do ódio inculto e dantesco nas suas ideias velhas. Ou Regina Duarte, a namoradinha do Brasil, a blasfemar, inculta e tola, traindo sem saber os grandes conservadores que tivemos no passado.

A quem confiamos nossa ciência, se antes a tínhamos nas mãos de nomes como Carlos Chagas, Oswaldo Cruz, Emílio Ribas e Fernando Mendonça, aquele que esteve entre cientistas da Nasa e em São José dos Campos fez o Brasil integrar a comunicação dos satélites, erguendo o Instituto Nacional de Atividades Espaciais? Como faremos, se

festejamos a rejeição do poder durante décadas contra a política estudantil, destruindo a nossa melhor escola de formação?

Não temos mais ideólogos. Não evoluímos. Nem conservadores, nem progressistas, na aceção dos novos parâmetros. O novo guru é Olavo de Carvalho, astrólogo, mestre da escola da grosseria, e Guilherme Boulos, um sectário, sem padrão teórico. Transformamos o conceito de ideologia em sinónimo de comunismo, e pluralizamos, isto sim, a expressão do livro de João Antônio: estamos abraçados ao rancor. Somos nós contra nós mesmos. E órfãos da mãe gentil.

MIAIS - Há quem discorde do cálculo de oito mil desempregados pela peste do Covid no RN. Um economista de olho apurado no **mercado** chega a calcular mais de dez mil. Uma avalanche.

PIOR - E tudo isso acontece, segundo a mesma fonte, no momento em que o governo estadual não tentou disparar um programa de obras públicas para produzir empregos no pós-Covid-19.

ALIÁS - Hoje, a única alternativa da governadora Fátima Bezerra seria tentar desemperrar as obras ainda previstas com financiamento do Banco Mundial. Hoje em baixíssimo desempenho.

RUÍNA - O velho casarão onde funcionou a boate Arpeje, com as últimas chuvas, foi ao chão. É mais um traço que desaparece da fisionomia da Ribeira que vai perdendo virtudes e pecados.

FORTE - Voltou, e voltou disposto a ocupar as redes sociais, o delegado Sérgio Leocádio. Pelo alvoroço contra Álvaro Dias, é candidato a

prefeito de Natal. Depois de quatro anos de silêncio.

CRISE - Dois serviços de forte atração turística pagam o preço alto da crise: os dromedários de Genipabu e o Aquário Natal. Hoje já pedem ajuda para a ração dos animais. Poderão fechar?

CRUEL - O turismo no Estado está à bancarrota. Nem há novos atrativos nem o governo apoia a quem, por ação própria, criou estruturas, como o passeio de dromedários e o Aquário Natal.

GRAVE - Para se ter uma ideia exata da gravidade da pandemia em Natal: de um lote de 610 testes aplicados o resultado apontou 417 positivos. Revela um elevado poder de transmissão.

AULA - O Colégio Cei-Romualdo Galvão, mesmo em tempo de aulas remotas, festejou o São João. Cuidou de levar aos seus alunos kits com comidas típicas e material para a montagem de cenários domésticos. Foi perfeito. Ninguém ensina modernidade sem antes ensinar a tradição.

JUSTO - De Racine Santos: 'Serejo, Veja como são as coisas: o grande Nevaldo Rocha não comprou os ingressos de Zé Celso (por que teria que comprá-los?) Mas, por outro lado, com a visão de futuro, deu ao Rio Grande do Norte uma das melhores casas de espetáculos do País'.

APLAUSO - E completa, como teatrólogo premiado e conhecedor da história do teatro no Rio Grande do Norte, ao se referir à grandeza do gesto: 'As artes cênicas do Estado (incluindo a música) devem a ele uma homenagem. Aplausos para o grande Nevaldo Rocha! a) Racine'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Iniciou as inscrições para cursos de retomada da economia proposto pelo sistema Fecomercio RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Suébster Neri

A partir das 14h de hoje (22), têm início as inscrições para os cursos gratuitos do Senac, oferecidos para profissionais dos segmentos abordados no Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica do RN. Interessados podem se candidatar até o dia 26 de junho, no site rn.senac.br.

Serão disponibilizadas 850 vagas em cursos que tem como objetivo preparar os estabelecimentos comerciais para atender rigorosamente a todos os critérios de biossegurança fundamentais para o retorno às atividades. As capacitações são voltadas para

profissionais que atuam em Creches e Escolas, Escritórios, Lojas, Estabelecimentos de Beleza e Estética, Shoppings e Praças de Comércio, Estúdios de Pequeno Porte e Personal Trainers. As aulas têm início previsto para 29 de junho.

Os cursos serão ofertados através do **Programa Senac de Gratuidade (PSG)**, que é mantido por recursos da contribuição compulsória das empresas de médio e grande portes para o Senac.

Para se inscrever é preciso possuir renda familiar mensal per capita de até dois salários mínimos federais, comprovados por meio de auto declaração, e apresentação de cópia de documentos pessoais, como RG, CPF, comprovante de residência e escolaridade, no ato da inscrição. O candidato também deve dispor de computador com acesso à internet, visto que as aulas ocorrerão a distância. A seleção dos alunos ocorrerá de acordo com a ordem de inscrição no site.

O presidente do **Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz** explica que foram elaborados seis cursos que abordam de maneira multidisciplinar as diretrizes gerais de saúde conforme orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como a utilização dos equipamentos de proteção individual. A humanização do atendimento e ferramentas para adequação dos pequenos negócios para a nova realidade de **mercado** também são temas contemplados nas capacitações.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN,

**FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN,
FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ,
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA,
FECOMÉRCIO-RN - PROGRAMA SENAC DE
GRATUIDADE**

Ministérios Públicos podem entrar na Justiça para impedir reabertura do comércio no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A recomendação dos Ministérios Públicos, contrária à reabertura do comércio do Rio Grande do Norte, foi motivada depois de discordâncias com o Governo do Estado, segundo o procurador-geral da Justiça do RN, Eudo Leite. Em coletiva de imprensa nesta segunda-feira, 22, o procurador disse que o documento foi expedido depois dos Ministérios Públicos do Estado, do Trabalho e Federal se depararem com a posição favorável à reabertura ao se reunirem com membros do governo estadual e do setor econômico. "O Ministério Público continua em busca do entendimento, mas se não for possível vamos em busca de outros caminhos. Ações judiciais podem ocorrer", declarou o procurador-geral.

Para o procurador-geral, o momento atual da pandemia no Rio Grande do Norte não permite o retorno das atividades econômicas porque a ocupação dos leitos de UTI na rede pública de Saúde continua alta. Segundo a Secretaria de Estado de Saúde Pública do RN, essa ocupação é de 93% nesta segunda-feira. "Nossas atuações são pensadas nas variantes da taxa de ocupação de leitos, taxa de transmissibilidade e na curva ascendente ou descendente de novos casos. Isso tem norteado as nossas discussões. Neste episódio da recomendação que estamos tratando hoje, não foi possível dessa vez chegar a um acordo com o governo estadual e com o setor produtivo", declarou o procurador-geral de Justiça, Eudo Leite.

A recomendação acontece três dias depois do governo estadual ter definido seu protocolo de reabertura das atividades, previsto para ser iniciado nesta quarta-feira, 24. A reabertura foi dividida em fases, e, dentro das fases, a subdivisão por "frações". Na primeira fase, a primeira fração se iniciaria nesta quarta-feira; a segunda, cinco dias depois; e a terceira, 10 dias depois da primeira fase.

A reabertura estava inicialmente marcada para o dia 17, mas foi adiada por uma semana porque a ocupação dos leitos públicos de UTI permaneceu acima dos 70% - condição imposta pelo governo estadual para a reabertura. O governo não se posicionou até o momento sobre a reabertura da próxima quarta-feira, mas a recomendação do ministério público se antecipou à reabertura.

A promotora de Justiça Iara Albuquerque, da promotoria de Saúde, também esteve presente na coletiva. Ela considerou que o quadro atual

da rede de Saúde já se trata de um um colapso, diante da existência de uma fila de espera de pacientes que aguardam um leito intensivo. "Estamos no platô (fase mais crítica) da pandemia, com uma carga muito alta e um colapso da rede de saúde. Não dá para reabrir nesse momento. Perderíamos muitas vidas", declarou.

O procurador da República, Fernando Rocha, representou o Ministério Público Federal e também defendeu a manutenção do distanciamento social como "uma questão humanitária". O Ministério Público do Trabalho (MPT) foi representado pelo procurador Xisto Tiago de Medeiros, que também se posicionou contra a reabertura.

As entidades empresariais pedem o início da reabertura gradual da economia e a consideram segura com os protocolos de segurança criados. Representantes das entidades empresariais, como Fecomércio, CDL e empresários do Alecrim, estiveram presentes na coletiva de imprensa e escutaram as justificativas dos procuradores e promotores presentes.

O representante do MPT citou que reconhece a importância da reabertura gradual das atividades econômicas, mas apenas no cenário de segurança. "Essa recomendação não é que não tenhamos sensibilidade para o campo econômico. Mas o momento atual exige de nós uma posição firme, baseada na ciência, para poupar vidas", declarou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Parceria entre o Sesc RN e Papo de Fogão vai ensinar receitas e promover doação de 300 refeições



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog do Seridó

O Serviço Social do Comércio (**Sesc RN**), uma entidade do Sistema Fecomércio, vai levar seus seguidores das redes sociais para a cozinha, com o projeto Gastronomia Solidária. Toda quarta-feira, direto da cozinha do restaurante do Sesc Rio Branco, um chef convidado dará dicas para a produção de pratos fáceis e de baixo custo, com as receitas divulgadas no dia anterior.

Para o projeto, foram convidados os chefes Fernando Amaral, Joelson Leite, Geraldo Resende e Paolo Passarielo, que farão pratos diversos, com influência da cozinha japonesa,

mineira e italiana. Além deles, o programa contará ainda com a presença de um chef da cozinha do Sesc.

As dicas servirão para aqueles que já cozinham em casa ou que pretendem iniciar uma experiência gastronômica, sem esquecer o lado solidário, pois estimulará a produção de refeições para ser doadas pelas pessoas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Parceria entre o Sesc RN e Papo de Fogão vai ensinar receitas e promover doação de 300 refeições



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Suébuster Neri

O Serviço Social do Comércio (**Sesc RN**), uma entidade do Sistema Fecomércio, vai levar seus seguidores das redes sociais para a cozinha, com o projeto Gastronomia Solidária. Toda quarta-feira, direto da cozinha do restaurante do Sesc Rio Branco, um chef convidado dará dicas para a produção de pratos fáceis e de baixo custo, com as receitas divulgadas no dia anterior.

Para o projeto, foram convidados os chefes Fernando Amaral, Joelson Leite, Geraldo Resende e Paolo Passarielo, que farão pratos diversos, com influência da cozinha japonesa,

mineira e italiana. Além deles, o programa contará ainda com a presença de um chef da cozinha do Sesc.

As dicas servirão para aqueles que já cozinham em casa ou que pretendem iniciar uma experiência gastronômica, sem esquecer o lado solidário, pois estimulará a produção de refeições para ser doadas pelas pessoas.

Powered by WPematico

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

Baixo isolamento social no final de semana preocupa Governo com medidas de flexibilização



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Governo do Rio Grande do Norte realizou nesta segunda-feira, 22, mais uma coletiva de imprensa para atualizar os dados da Covid-19 no estado. O secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier, explicou sobre as questões econômicas e a recomendação dos Ministérios Público Estadual (MPE), Federal (MPF) e do Trabalho (MPT), recomendando que não inicie o plano de retomada das atividades econômicas no próximo dia 24, uma vez que não foi atingida a taxa de 70% dos leitos críticos ocupados.

De acordo com o secretário, a recomendação formalizada hoje pelos MPs nasceu de uma reunião virtual dos promotores e procuradores na última sexta, 19, com o Governo do Estado,

na qual os representantes ministeriais já haviam adotado uma posição firme com relação à defesa de que não se iniciasse a retomada nesse momento, principalmente, por não haver o alcance do percentual de ocupação dos leitos críticos.

Na última quinta-feira, o Governo publicou portaria com os critérios para a primeira fase do plano de retomada das atividades econômicas no estado. As medidas foram definidas em conjunto com o setor produtivo, representado por instituições como a Federação das Indústrias do RN (Fiern) e Federação do Comércio do RN (Fecomércio). O plano deverá acontecer em 4 fases, divididas em 3 frações cada.

Carlos Eduardo afirmou que a situação financeira do Estado é crítica do ponto de vista econômico com queda na arrecadação em torno de 20% e a situação da economia como um todo. Ele citou que mais de dez mil pessoas perderam o emprego no último mês de abril. 'O momento é muito delicado e o Governo, com muita responsabilidade, vai tomar a medida mais cabível neste momento', afirmou.

DADOS

A coordenadora de redes de atenção à saúde da secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap), Samara Dantas, informou que continua crescendo a incidência de novos casos de Covid 19 no estado. No final de semana a taxa de isolamento social foi de 39,1% e não houve, nos últimos dias, redução na taxa de transmissibilidade do vírus.

A taxa de ocupação de leitos é de 93% em todo o RN, com 763 pessoas internadas em leitos

críticos e clínicos nos hospitais públicos e privados. Na 2ª Regional de Saúde (Mossoró e cidades vizinhas) 94%, 4ª Regional de saúde (Caicó e entorno) 82%, 6ª Regional (Pau dos Ferros) 84%, 7ª Regional (Natal e Grande Natal), 96%, 3ª Regional (João Câmara) 100%.

Os casos confirmados são 19.910, 31.149 descartados, 730 óbitos confirmados (11 nas últimas 48 horas), 80 óbitos em investigação. A taxa de isolamento social está em 39%. A fila de regulação para leitos críticos tem 53 pessoas e 21 aguardando transporte sanitário.

A Sesap concluiu, por chamada pública, a contratação de mais um Hospital referência para Covid, o Hospital Memorial São Francisco, em Natal, com quatro leitos de UTI pelo SUS.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Baixo isolamento social no final de semana preocupa Governo com medidas de flexibilização



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Blog Salomão Medeiros

O Governo do Rio Grande do Norte realizou nesta segunda-feira (22), mais uma coletiva de imprensa para atualizar os dados da Covid-19 no estado.

O secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier, explicou sobre as questões econômicas e a recomendação dos Ministérios Público Estadual (MPE), Federal (MPF) e do Trabalho (MPT), recomendando que não inicie o plano de retomada das atividades econômicas no próximo dia 24, uma vez que não foi atingida a taxa de 70% dos leitos críticos ocupados.

De acordo com o secretário, a recomendação formalizada hoje pelos MPs nasceu de uma reunião virtual dos promotores e procuradores na última sexta, 19, com o Governo do Estado, na qual os representantes ministeriais já haviam adotado uma posição firme com relação à defesa de que não se iniciasse a retomada nesse momento, principalmente, por não haver o alcance do percentual de ocupação dos leitos críticos.

Na última quinta-feira, o Governo publicou portaria com os critérios para a primeira fase do plano de retomada das atividades econômicas no estado. As medidas foram definidas em conjunto com o setor produtivo, representado por instituições como a Federação das Indústrias do RN (Fiern) e Federação do Comércio do RN (Fecomércio). O plano deverá acontecer em 4 fases, divididas em 3 frações cada.

Carlos Eduardo afirmou que a situação financeira do Estado é crítica do ponto de vista econômico com queda na arrecadação em torno de 20% e a situação da economia como um todo. Ele citou que mais de dez mil pessoas perderam o emprego no último mês de abril. "O momento é muito delicado e o Governo, com muita responsabilidade, vai tomar a medida mais cabível neste momento", afirmou.

DADOS: A coordenadora de redes de atenção à saúde da secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap), Samara Dantas, informou que continua crescendo a incidência de novos casos de Covid 19 no estado. No final de semana a taxa de isolamento social foi de 39,1% e não

houve, nos últimos dias, redução na taxa de transmissibilidade do vírus.

A taxa de ocupação de leitos é de 93% em todo o RN, com 763 pessoas internadas em leitos críticos e clínicos nos hospitais públicos e privados.

Na 2ª Regional de Saúde (Mossoró e cidades vizinhas) 94%, 4ª Regional de saúde (Caicó e entorno) 82%, 6ª Regional (Pau dos Ferros) 84%, 7ª Regional (Natal e Grande Natal), 96%, 3ª Regional (João Câmara) 100%.

Os casos confirmados são 19.910, 31.149 descartados, 730 óbitos confirmados (11 nas últimas 48 horas), 80 óbitos em investigação. A taxa de isolamento social está em 39%. A fila de regulação para leitos críticos tem 53 pessoas e 21 aguardando transporte sanitário.

A Sesap concluiu, por chamada pública, a contratação de mais um Hospital referência para Covid, o Hospital Memorial São Francisco, em Natal, com quatro leitos de UTI pelo SUS.

"Apesar da ampliação da oferta de leitos, a situação permanece delicada. Ainda não há redução da taxa de transmissibilidade, que está acima de 1, ou seja, cada infectado transmite para mais de uma pessoa e é preciso manter e ampliar o isolamento que está em apenas 39,1%", concluiu Samara Dantas. Fotos: Demis Roussos

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Governo do RN ainda não definiu reabertura da economia nesta quarta, 24



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Governo do Estado não se posicionou nesta segunda-feira, 22, sobre a recomendação conjunta dos Ministérios Públicos (Estado, Federal e do Trabalho) contra a reabertura das atividades econômicas nesta quarta-feira, 24. A recomendação foi recebida pelo governo estadual durante a manhã, e a governadora Fátima Bezerra se reuniu à noite com membros do secretariado para discutir estratégias jurídicas e sanitárias em torno do documento. A posição vai ser dada publicamente ao longo desta terça-feira, 23. Antes disso, o governo tem reunião marcada com o setor produtivo, insatisfeito com a posição dos órgãos.

O secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier, afirmou à TRIBUNA DO

NORTE na noite desta segunda-feira que a posição do Governo do RN vai ser 'obrigatoriamente dada' nesta terça-feira porque é a data em que o atual decreto estadual se vence. 'Precisamos publicar um decreto de toda forma, seja para iniciar a retomada econômica ou postergar as medidas atuais. Mas o Governo ainda não tem um posicionamento porque analisa a nota do ponto de vista jurídico e sanitário', disse Xavier, um dos principais interlocutores do Estado com o setor produtivo.

A recomendação dos Ministérios Público Estadual Federal e do Trabalho pede para o Governo do Rio Grande do Norte e Prefeituras se abstenham de flexibilizar o isolamento social a partir desta quarta-feira, 24, por causa das condições atuais de assistência hospitalar.

Procuradores e promotores que assinaram a recomendação dizem que o contrário pode ser considerado crime. Até a noite desta segunda-feira, 90% dos leitos públicos intensivos (UTI) ou semi intensivos (com respirador) em funcionamento estavam ocupados. O Estado também possuía uma fila de espera por um leito de UTI com 87 pessoas até a noite desta segunda-feira. A reabertura foi condicionada pelo próprio Governo a uma ocupação de no máximo 70%.

Uma das principais preocupações da governadora Fátima Bezerra com a recomendação dos órgãos de controle é sobre o risco de ser acusado de crime. Segundo o secretário Carlos Eduardo Xavier, mesmo com uma ocupação acima do critério estabelecido pelo Estado, a intenção inicial, antes da recomendação dos órgãos ministeriais, era dar início ao protocolo de reabertura. 'Nós temos a perspectiva de abrir 27 leitos de UTI na região

metropolitana de Natal, que é a mais afetada pela pandemia, nesta semana. Então planejamos dar início à abertura gradual mesmo com uma ocupação em torno de 85% dos leitos. Mas agora é preciso muita cautela, está sendo analisado', concluiu o secretário.

Nesta segunda-feira, Carlos Eduardo Xavier afirmou que a situação financeira do Estado é crítica do ponto de vista econômico por causa da queda de arrecadação e por causa da situação do setor econômico como um todo. Ele citou que mais de dez mil pessoas perderam o emprego no último mês de abril. "O momento é muito delicado e o Governo, com muita responsabilidade, vai tomar a medida mais cabível neste momento", afirmou.

Entidades empresariais

Do outro lado, as entidades empresariais e ligadas ao comércio pressionam a reabertura econômica mais intensamente desde o dia 17, data inicial proposta, mas adiada para esta quarta-feira, 24, devido ao alto número de internações. Uma reunião está marcada para esta terça-feira, 22, para discutir a recomendação. Segundo o vice-presidente da Associação de Empresários do Bairro do Alecrim (AEBA), Matheus Feitosa, a recomendação dos órgãos de fiscalização 'foi um choque.' 'Estávamos preparados para voltar na quarta, mas agora ficamos na incerteza de como o Governo vai se posicionar com relação a isso', declarou.

Entretanto, as entidades aguardam uma posição oficial do Estado acerca da recomendação. Feitosa afirmou que 'a AEBA vai recomendar que todos sigam o decreto do Estado, seja ele qual for, mas não pode garantir que todos vão seguir.' O Alecrim é o principal centro comercial de rua de Natal e recebe uma atenção maior dos órgãos de

fiscalização. Por essa razão, defendeu Feitosa, ir contrário ao decreto estadual pode gerar mais prejuízo econômico. 'O comerciante pode se prejudicar ainda mais economicamente com as multas, por isso a recomendação da AEBA é que siga o decreto. Mas não dá mais para continuarmos fechados', disse o empresário.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomércio), que também esteve com representante na coletiva desta segunda-feira, considerou lamentável a notícia da recomendação dos órgãos ministeriais e pediu 'bom senso' e 'moderação' do Governo do RN. 'Este posicionamento dos dignos representantes do Ministério Público causa-nos ainda mais estranheza pelo fato de que, no dia 28 de maio, os protocolos e ações transversais foram detalhados em uma reunião com os Poderes Públicos do Rio Grande do Norte, os citados ministérios e outros órgãos autônomos, não tendo sido registrada qualquer ressalva', afirmou através de nota.

Recomendação é criticada

A recomendação dos Ministérios Públicos, contrária à reabertura do comércio do RN, foi motivada depois de discordâncias com o Governo. Os órgãos se reuniram com o Estado na sexta, 19, e argumentaram pelo cancelamento da reabertura nesta quarta, 24, diante dos números atuais da pandemia do novo coronavírus. Entretanto, com o posicionamento do Estado na direção da reabertura, os procuradores e promotores decidiram emitir a recomendação, que fala em possível criminalização caso não seja cumprida.

As discordâncias foram confirmadas pelo procurador-geral da Justiça do RN, Eudo Leite, e pelo secretário estadual de Tributação,

Carlos Eduardo Xavier.

Em coletiva de imprensa nesta segunda-feira, 22, Eudo Leite também disse que 'o Ministério Público continua em busca do entendimento, mas se não for possível vamos em busca de outros caminhos. Ações judiciais podem ocorrer', declarou. Para o procurador-geral, o momento atual da pandemia no RN não permite o retorno das atividades econômicas porque a ocupação dos leitos de UTI na rede pública de Saúde continua alta.

'Nossas atuações são pensadas nas variantes da taxa de ocupação de leitos, taxa de transmissibilidade e na curva ascendente ou descendente de novos casos. Isso tem norteado as nossas discussões. Neste episódio da recomendação que estamos tratando hoje, não foi possível dessa vez chegar a um acordo com o governo estadual e com o setor produtivo", declarou Eudo Leite.

A recomendação acontece três dias depois do governo estadual ter definido seu protocolo de reabertura das atividades, previsto para ser iniciado na quarta-feira, 24. A reabertura foi dividida em fases, e, dentro das fases, a subdivisão por 'frações". Na primeira fase, a primeira fração se iniciaria nesta quarta-feira; a segunda, cinco dias depois; e a terceira, 10 dias depois da primeira fase. A reabertura estava inicialmente marcada para o dia 17, mas foi adiada por uma semana porque a ocupação dos leitos públicos de UTI permaneceu acima dos 70%.

Dentre os argumentos apresentados pelos procuradores e promotores dos órgãos de controle, está o do colapso da rede de saúde, não considerado de forma oficial pela Sesap/RN. A promotora de Justiça de Defesa da Saúde, Iara Pinheiro, que atua na Promotoria de Saúde, considerou que o quadro

atual da rede pública já se trata de um colapso por existir uma fila de espera de pacientes por um leito intensivo. 'Estamos no platô (fase mais crítica) da pandemia, com uma carga muito alta e um colapso da rede de saúde. Não dá para reabrir neste momento. Perderíamos muitas vidas", declarou. A promotora afirmou que 200 pessoas com covid-19 morreram desde o início da pandemia no Rio Grande do Norte enquanto aguardavam um leito intensivo de UTI.

Nota na íntegra:

Desde o registro do primeiro caso de Covid-19 no Rio Grande do Norte, em 12 de março de 2020, as entidades do setor produtivo têm sido atuantes, presentes e diligentes, empreendendo diversas ações de apoio à sociedade, as prefeituras e ao Governo Estadual.

É importante ressaltar o amplo diálogo mantido com os poderes públicos e nossa permanente preocupação com o panorama assistencial, em especial com a oferta de leitos críticos para tratamento dos pacientes com COVID-19. Neste sentido, foram entregues quase cem respiradores recuperados ao Governo que permitiu a abertura de 47% dos 214 leitos críticos disponibilizados até agora.

Entre os muitos frutos deste diálogo, foi elaborado e entregue, no dia 05 de maio, ao Governo do Estado um criterioso protocolo de normas e uma sugestão de cronograma, dentro do rigor necessário, para que a retomada gradual da atividade econômica fosse concretizada com responsabilidade, equilíbrio e a devida segurança para empreendedores, colaboradores, clientes e, por consequência, para toda a população.

Vale ressaltar, inclusive, que o Plano apresentado pelo setor produtivo foi

amplamente elogiado e aprovado pelo Comitê Científico, presidido pelo Secretário de Estado da Saúde. Além da existência deste Plano, registre-se o fato de que, desde o último Decreto Estadual (publicado em 15 de junho), vimos cair a taxa estadual de transmissibilidade da Covid-19 de 1,48 para 1,14, assim como, o Rio Grande do Norte tem o menor índice de infectados por cem mil habitantes (em torno de 460).

Por tudo isso e pelas tratativas com o Governo do Estado, em resumo, contávamos que o processo gradual de reabertura começaria a partir do dia 24 de junho. Lamentavelmente, para surpresa nossa, recebemos, no final de semana passado, a notícia de que os órgãos ministeriais - Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho - estão contrários ao início da retomada gradual prevista para 24 de junho.

Este posicionamento dos dignos representantes do Ministério Público causa-nos ainda mais estranheza pelo fato de que, no dia 28 de maio, os protocolos e ações transversais foram detalhados em uma reunião com os Poderes Públicos do Rio Grande do Norte, os citados ministérios e outros órgãos autônomos, não tendo sido registrada qualquer ressalva.

Como não temos autoridade institucional para qualquer ação efetiva que determine a retomada, passaremos a esperar que o bom senso do MPE, do MPF, do MPT, prevaleça. Assim como, contamos, a exemplo dos meses anteriores, com a moderação do Governo do Estado para construirmos, juntos, uma solução de equilíbrio diante da pandemia (que é grave), mas, também, de números significativamente negativos: mais de dez mil empregos perdidos; queda de quase R\$ 200 milhões em faturamento e expectativa de fechamento de cerca de 12 mil empresas do comércio no pós-

pandemia com estimativa de 225 mil desempregados.

Estamos todos tentando construir as melhores soluções. Buscamos o equilíbrio. Estamos abertos ao diálogo! Mas, não é indevido registrar que, com a morte das empresas, está sendo sepultado o vínculo de emprego de milhares de trabalhadores deste Estado e, conseqüentemente, a paz de inúmeras famílias potiguares.

Natal (RN), 22 de junho de 2020.

Abav/RN; ABIH/RN; Abrasel/RN; AEBA; Associação Viva o Centro; Faern; Federação das Associações Comerciais/RN; FCDL/RN; Fiern; Fecomércio RN; Fetronor; Natal Convention & Visitors Bureau; Sebrae/RN; Sindetur/RN; Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares/RN.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Baixo isolamento social no final de semana preocupa Governo do RN com flexibilização



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: Pedro Vitorino/Cedida

O Governo do Rio Grande do Norte realizou nesta segunda-feira, 22, mais uma coletiva de imprensa para atualizar os dados da Covid-19 no estado. O secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier, explicou sobre as questões econômicas e a recomendação dos Ministérios Público Estadual (MPE), Federal (MPF) e do Trabalho (MPT), recomendando que não inicie o plano de retomada das atividades econômicas no próximo dia 24, uma vez que não foi atingida a taxa de 70% dos leitos críticos ocupados.

De acordo com o secretário, a recomendação formalizada hoje pelos MPs nasceu de uma reunião virtual dos promotores e procuradores na última sexta, 19, com o Governo do Estado, na qual os representantes ministeriais já haviam adotado uma posição firme com relação à defesa de que não se iniciasse a retomada nesse momento, principalmente, por não haver o alcance do percentual de ocupação dos leitos críticos.

Na última quinta-feira, o Governo publicou portaria com os critérios para a primeira fase do plano de retomada das atividades econômicas no estado. As medidas foram definidas em conjunto com o setor produtivo, representado por instituições como a Federação das Indústrias do RN (Fiern) e Federação do Comércio do RN (Fecomércio). O plano deverá acontecer em 4 fases, divididas em 3 frações cada.

Carlos Eduardo afirmou que a situação financeira do Estado é crítica do ponto de vista econômico com queda na arrecadação em torno de 20% e a situação da economia como um todo. Ele citou que mais de dez mil pessoas perderam o emprego no último mês de abril. 'O momento é muito delicado e o Governo, com muita responsabilidade, vai tomar a medida mais cabível neste momento', afirmou.

DADOS

A coordenadora de redes de atenção à saúde da secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap), Samara Dantas, informou que continua

crescendo a incidência de novos casos de Covid 19 no estado. No final de semana a taxa de isolamento social foi de 39,1% e não houve, nos últimos dias, redução na taxa de transmissibilidade do vírus.

A taxa de ocupação de leitos é de 93% em todo o RN, com 763 pessoas internadas em leitos críticos e clínicos nos hospitais públicos e privados. Na 2ª Regional de Saúde (Mossoró e cidades vizinhas) 94%, 4ª Regional de saúde (Caicó e entorno) 82%, 6ª Regional (Pau dos Ferros) 84%, 7ª Regional (Natal e Grande Natal), 96%, 3ª Regional (João Câmara) 100%.

Os casos confirmados são 19.910, 31.149 descartados, 730 óbitos confirmados (11 nas últimas 48 horas), 80 óbitos em investigação. A taxa de isolamento social está em 39%. A fila de regulação para leitos críticos tem 53 pessoas e 21 aguardando transporte sanitário.

A Sesap concluiu, por chamada pública, a contratação de mais um Hospital referência para Covid, o Hospital Memorial São Francisco, em Natal, com quatro leitos de UTI pelo SUS.

'Apesar da ampliação da oferta de leitos, a situação permanece delicada. Ainda não há redução da taxa de transmissibilidade, que está acima de 1, ou seja, cada infectado transmite para mais de uma pessoa e é preciso manter e ampliar o isolamento que está em apenas 39,1%', concluiu Samara Dantas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Baixo isolamento social no final de semana preocupa Governo do RN com medidas de flexibilização



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Robson Pires

O Governo do Rio Grande do Norte realizou nesta segunda-feira, 22, mais uma coletiva de imprensa para atualizar os dados da Covid-19 no estado. O secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier, explicou sobre as questões econômicas e a recomendação dos Ministérios Público Estadual (MPE), Federal (MPF) e do Trabalho MPT), recomendando que não inicie o plano de retomada das atividades econômicas no próximo dia 24, uma vez que não foi atingida a taxa de 70% dos leitos críticos ocupados.

De acordo com o secretário, a recomendação

formalizada hoje pelos MPs nasceu de uma reunião virtual dos promotores e procuradores na última sexta, 19, com o Governo do Estado, na qual os representantes ministeriais já haviam adotado uma posição firme com relação à defesa de que não se iniciasse a retomada nesse momento, principalmente, por não haver o alcance do percentual de ocupação dos leitos críticos.

Na última quinta-feira, o Governo publicou portaria com os critérios para a primeira fase do plano de retomada das atividades econômicas no estado. As medidas foram definidas em conjunto com o setor produtivo, representado por instituições como a Federação das Indústrias do RN (Fiern) e Federação do Comércio do RN (Fecomércio). O plano deverá acontecer em 4 fases, divididas em 3 frações cada.

Carlos Eduardo afirmou que a situação financeira do Estado é crítica do ponto de vista econômico com queda na arrecadação em torno de 20% e a situação da economia como um todo. Ele citou que mais de dez mil pessoas perderam o emprego no último mês de abril. 'O momento é muito delicado e o Governo, com muita responsabilidade, vai tomar a medida mais cabível neste momento', afirmou.

DADOS

A coordenadora de redes de atenção à saúde da secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap), Samara Dantas, informou que continua crescendo a incidência de novos casos de Covid 19 no estado. No final de semana a taxa de

isolamento social foi de 39,1% e não houve, nos últimos dias, redução na taxa de transmissibilidade do vírus.

A taxa de ocupação de leitos é de 93% em todo o RN, com 763 pessoas internadas em leitos críticos e clínicos nos hospitais públicos e privados. Na 2ª Regional de Saúde (Mossoró e cidades vizinhas) 94%, 4ª Regional de saúde (Caicó e entorno) 82%, 6ª Regional (Pau dos Ferros) 84%, 7ª Regional (Natal e Grande Natal), 96%, 3ª Regional (João Câmara) 100%.

Os casos confirmados são 19.910, 31.149 descartados, 730 óbitos confirmados (11 nas últimas 48 horas), 80 óbitos em investigação. A taxa de isolamento social está em 39%. A fila de regulação para leitos críticos tem 53 pessoas e 21 aguardando transporte sanitário.

A Sesap concluiu, por chamada pública, a contratação de mais um Hospital referência para Covid, o Hospital Memorial São Francisco, em Natal, com quatro leitos de UTI pelo SUS.

'Apesar da ampliação da oferta de leitos, a situação permanece delicada. Ainda não há redução da taxa de transmissibilidade, que está acima de 1, ou seja, cada infectado transmite para mais de uma pessoa e é preciso manter e ampliar o isolamento que está em apenas 39,1%', concluiu Samara Dantas.

O post Baixo isolamento social no final de semana preocupa Governo do RN com medidas de flexibilização apareceu primeiro em Blog do Robson Pires.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

'Pitaco' polêmico: empresariado cobra 'bom senso' do MPRN, do MPF e do MPT, que estão contra retomada gradual da economia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Através de uma nota encabeçada pela Fecomércio do Rio Grande do Norte, entidades representativas do empresariado potiguar se mostraram indignadas com com o Ministério

Público do RN, Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho que 'recomendaram' à governadora Fátima Bezerra (PT) não realizar a reabertura gradual do comércio, a partir desta quarta-feira, conforme havia sinalizado a própria governadora.

Diante do 'pitaco' das entidades ministeriais contrárias à retomada da economia, as instituições empresariais revelaram que a existência de 'números significativamente negativos': mais de dez mil empregos perdidos; queda de quase R\$ 200 milhões em faturamento e expectativa de fechamento de cerca de 12 mil empresas do comércio no pós-pandemia com estimativa de 225 mil desempregados.

Na nota, intitulada 'O MOMENTO REQUER RESPONSABILIDADE, FIRMEZA, SENSATEZ E COMPROMISSO COM O FUTURO DO RIO GRANDE DO NORTE', o empresariado cobra 'bom senso' ao MPRN, MPF e ao MPT, e diz que a postura dessas entidades 'causou estranheza':

'Este posicionamento dos dignos representantes do Ministério Público causa-nos ainda mais estranheza pelo fato de que, no dia 28 de maio, os protocolos e ações transversais foram detalhados em uma reunião com os Poderes Públicos do Rio Grande do Norte, os citados ministérios e outros órgãos autônomos, não tendo sido registrada qualquer ressalva', enfatiza a nota.

Segue abaixo a nota do empresariado na íntegra:

O momento requer responsabilidade, firmeza, sensatez e compromisso com o futuro do Rio Grande do Norte

Desde o registro do primeiro caso de Covid-19 no Rio Grande do Norte, em 12 de março de 2020, as entidades do setor produtivo têm sido atuantes, presentes e diligentes, empreendendo diversas ações de apoio à sociedade, as prefeituras e ao Governo Estadual.

É importante ressaltar nossa permanente preocupação com o panorama assistencial, em especial com a oferta de leitos críticos para tratamento dos pacientes com COVID-19. Neste sentido, foram entregues quase cem respiradores recuperados ao Governo que permitiu a abertura de 47% dos 214 leitos críticos disponibilizados até agora.

Entre os muitos frutos deste diálogo, foi elaborado e entregue, no dia 05 de maio, ao Governo do Estado um criterioso protocolo de normas e uma sugestão de cronograma, dentro do rigor necessário, para que a retomada gradual da atividade econômica fosse concretizada com responsabilidade, equilíbrio e a devida segurança para empreendedores, colaboradores, clientes e, por consequência, para toda a população. Vale ressaltar, inclusive, que o Plano apresentado pelo setor produtivo foi amplamente elogiado e aprovado pelo Comitê Científico, presidido pelo Secretário de Estado da Saúde.

Além da existência deste Plano, registre-se o fato de que, desde o último Decreto Estadual (publicado em 15 de junho), vimos cair a taxa estadual de transmissibilidade da Covid-19 de

1,48 para 1,14, assim como, o Rio Grande do Norte tem o menor índice de infectados por cem mil habitantes (em torno de 460). Por tudo isso e pelas tratativas com o Governo do Estado, em resumo, contávamos que o processo gradual de reabertura começaria a partir do dia 24 de junho.

Lamentavelmente, para surpresa nossa, recebemos, no final de semana passado, a notícia de que os órgãos ministeriais - Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho - estão contrários ao início da retomada gradual prevista para 24 de junho. Este posicionamento dos dignos representantes do Ministério Público causa-nos ainda mais estranheza pelo fato de que, no dia 28 de maio, os protocolos e ações transversais foram detalhados em uma reunião com os Poderes Públicos do Rio Grande do Norte, os citados ministérios e outros órgãos autônomos, não tendo sido registrada qualquer ressalva.

Como não temos autoridade institucional para qualquer ação efetiva que determine a retomada, passaremos a esperar que o bom senso do MPE, do MPF, do MPT, prevaleça. Assim como, contamos, a exemplo dos meses anteriores, com a moderação do Governo do Estado para construirmos, juntos, uma solução de equilíbrio diante da pandemia (que é grave), mas, também, de números significativamente negativos: mais de dez mil empregos perdidos; queda de quase R\$ 200 milhões em faturamento e expectativa de fechamento de cerca de 12 mil empresas do comércio no pós-pandemia com estimativa de 225 mil desempregados.

Estamos todos tentando construir as melhores

soluções. Buscamos o equilíbrio. Estamos abertos ao diálogo! Mas, não é indevido registrar que, com a morte das empresas, está sendo sepultado o vínculo de emprego de milhares de trabalhadores deste Estado e, conseqüentemente, a paz de inúmeras famílias potiguares.

Natal (RN), 22 de junho de 2020.

ABAV RN

ABIH RN

ABRASEL RN

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RN

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DO
BAIRRO DO ALECRIM

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO DE NATAL

CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE
NATAL

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO RN

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES
COMERCIAIS DO RN

FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE
DIRIGENTES LOJISTAS DO RN

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RN

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS,
SERVIÇOS E TURISMO DO RN

FEDERAÇÃO DOS TRANSPORTES DO
NORDESTE

NATAL CONVENTION & VISITORS BUREAU

SEBRAE RN

SINDETUR RN

SINDICATO DE HOTEIS, RESTAURANTES,
BARES E SIMILARES

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN**

Reabertura da economia é incógnita



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Governo do Estado não se posicionou nesta segunda-feira, 22, sobre a recomendação conjunta dos Ministérios Públicos (Estado, Federal e do Trabalho) contra a reabertura das atividades econômicas nesta quarta-feira, 24. A recomendação foi recebida pelo governo estadual durante a manhã, e a governadora Fátima Bezerra se reuniu à noite com membros do secretariado para discutir estratégias jurídicas e sanitárias em torno do documento. A posição vai ser dada publicamente ao longo desta terça-feira, 23. Antes disso, o governo tem reunião marcada com o setor produtivo, insatisfeito com a posição dos órgãos.

O secretário estadual de Tributação, Carlos

Eduardo Xavier, afirmou à TRIBUNA DO NORTE na noite desta segunda-feira que a posição do Governo do RN vai ser 'obrigatoriamente dada' nesta terça-feira porque é a data em que o atual decreto estadual se vence. 'Precisamos publicar um decreto de toda forma, seja para iniciar a retomada econômica ou postergar as medidas atuais. Mas o Governo ainda não tem um posicionamento porque analisa a nota do ponto de vista jurídico e sanitário', disse Xavier, um dos principais interlocutores do Estado com o setor produtivo.

A recomendação dos Ministérios Público Estadual Federal e do Trabalho pede para o Governo do Rio Grande do Norte e Prefeituras se abstenham de flexibilizar o isolamento social a partir desta quarta-feira, 24, por causa das condições atuais de assistência hospitalar.

Procuradores e promotores que assinaram a recomendação dizem que o contrário pode ser considerado crime. Até a noite desta segunda-feira, 90% dos leitos públicos intensivos (UTI) ou semi intensivos (com respirador) em funcionamento estavam ocupados. O Estado também possuía uma fila de espera por um leito de UTI com 87 pessoas até a noite desta segunda-feira. A reabertura foi condicionada pelo próprio Governo a uma ocupação de no máximo 70%.

Uma das principais preocupações da governadora Fátima Bezerra com a recomendação dos órgãos de controle é sobre o risco de ser acusado de crime. Segundo o secretário Carlos Eduardo Xavier, mesmo com uma ocupação acima do critério estabelecido

pelo Estado, a intenção inicial, antes da recomendação dos órgãos ministeriais, era dar início ao protocolo de reabertura. 'Nós temos a perspectiva de abrir 27 leitos de UTI na região metropolitana de Natal, que é a mais afetada pela pandemia, nesta semana. Então planejamos dar início à abertura gradual mesmo com uma ocupação em torno de 85% dos leitos. Mas agora é preciso muita cautela, está sendo analisado', concluiu o secretário.

Nesta segunda-feira, Carlos Eduardo Xavier afirmou que a situação financeira do Estado é crítica do ponto de vista econômico por causa da queda de arrecadação e por causa da situação do setor econômico como um todo. Ele citou que mais de dez mil pessoas perderam o emprego no último mês de abril. "O momento é muito delicado e o Governo, com muita responsabilidade, vai tomar a medida mais cabível neste momento", afirmou.

Entidades empresariais

Do outro lado, as entidades empresariais e ligadas ao comércio pressionam a reabertura econômica mais intensamente desde o dia 17, data inicial proposta, mas adiada para esta quarta-feira, 24, devido ao alto número de internações. Uma reunião está marcada para esta terça-feira, 22, para discutir a recomendação. Segundo o vice-presidente da Associação de Empresários do Bairro do Alecrim (AEBA), Matheus Feitosa, a recomendação dos órgãos de fiscalização 'foi um choque.' 'Estávamos preparados para voltar na quarta, mas agora ficamos na incerteza de como o Governo vai se posicionar com relação a isso', declarou.

Entretanto, as entidades aguardam uma

posição oficial do Estado acerca da recomendação. Feitosa afirmou que 'a AEBA vai recomendar que todos sigam o decreto do Estado, seja ele qual for, mas não pode garantir que todos vão seguir.' O Alecrim é o principal centro comercial de rua de Natal e recebe uma atenção maior dos órgãos de fiscalização. Por essa razão, defendeu Feitosa, ir contrário ao decreto estadual pode gerar mais prejuízo econômico. 'O comerciante pode se prejudicar ainda mais economicamente com as multas, por isso a recomendação da AEBA é que siga o decreto. Mas não dá mais para continuarmos fechados', disse o empresário.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomércio), que também esteve com representante na coletiva desta segunda-feira, considerou lamentável a notícia da recomendação dos órgãos ministeriais e pediu 'bom senso' e 'moderação' do Governo do RN. 'Este posicionamento dos dignos representantes do Ministério Público causa-nos ainda mais estranheza pelo fato de que, no dia 28 de maio, os protocolos e ações transversais foram detalhados em uma reunião com os Poderes Públicos do Rio Grande do Norte, os citados ministérios e outros órgãos autônomos, não tendo sido registrada qualquer ressalva', afirmou através de nota.

Recomendação é criticada

A recomendação dos Ministérios Públicos, contrária à reabertura do comércio do RN, foi motivada depois de discordâncias com o Governo. Os órgãos se reuniram com o Estado na sexta, 19, e argumentaram pelo cancelamento da reabertura nesta quarta, 24, diante dos números atuais da pandemia do

novo coronavírus. Entretanto, com o posicionamento do Estado na direção da reabertura, os procuradores e promotores decidiram emitir a recomendação, que fala em possível criminalização caso não seja cumprida. As discordâncias foram confirmadas pelo procurador-geral da Justiça do RN, Eudo Leite, e pelo secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier.

Em coletiva de imprensa nesta segunda-feira, 22, Eudo Leite também disse que 'o Ministério Público continua em busca do entendimento, mas se não for possível vamos em busca de outros caminhos. Ações judiciais podem ocorrer', declarou. Para o procurador-geral, o momento atual da pandemia no RN não permite o retorno das atividades econômicas porque a ocupação dos leitos de UTI na rede pública de Saúde continua alta.

'Nossas atuações são pensadas nas variantes da taxa de ocupação de leitos, taxa de transmissibilidade e na curva ascendente ou descendente de novos casos. Isso tem norteado as nossas discussões. Neste episódio da recomendação que estamos tratando hoje, não foi possível dessa vez chegar a um acordo com o governo estadual e com o setor produtivo", declarou Eudo Leite.

A recomendação acontece três dias depois do governo estadual ter definido seu protocolo de reabertura das atividades, previsto para ser iniciado na quarta-feira, 24. A reabertura foi dividida em fases, e, dentro das fases, a subdivisão por 'frações". Na primeira fase, a primeira fração se iniciaria nesta quarta-feira; a segunda, cinco dias depois; e a terceira, 10 dias depois da primeira fase. A reabertura estava inicialmente marcada para o dia 17, mas

foi adiada por uma semana porque a ocupação dos leitos públicos de UTI permaneceu acima dos 70%.

Dentre os argumentos apresentados pelos procuradores e promotores dos órgãos de controle, está o do colapso da rede de saúde, não considerado de forma oficial pela Sesap/RN. A promotora de Justiça de Defesa da Saúde, Iara Pinheiro, que atua na Promotoria de Saúde, considerou que o quadro atual da rede pública já se trata de um colapso por existir uma fila de espera de pacientes por um leito intensivo. 'Estamos no platô (fase mais crítica) da pandemia, com uma carga muito alta e um colapso da rede de saúde. Não dá para reabrir neste momento. Perderíamos muitas vidas", declarou. A promotora afirmou que 200 pessoas com covid-19 morreram desde o início da pandemia no Rio Grande do Norte enquanto aguardavam um leito intensivo de UTI.

Nota na íntegra:

Desde o registro do primeiro caso de Covid-19 no Rio Grande do Norte, em 12 de março de 2020, as entidades do setor produtivo têm sido atuantes, presentes e diligentes, empreendendo diversas ações de apoio à sociedade, as prefeituras e ao Governo Estadual.

É importante ressaltar o amplo diálogo mantido com os poderes públicos e nossa permanente preocupação com o panorama assistencial, em especial com a oferta de leitos críticos para tratamento dos pacientes com COVID-19. Neste sentido, foram entregues quase cem respiradores recuperados ao Governo que permitiu a abertura de 47% dos 214 leitos críticos disponibilizados até agora.

Entre os muitos frutos deste diálogo, foi elaborado e entregue, no dia 05 de maio, ao Governo do Estado um criterioso protocolo de normas e uma sugestão de cronograma, dentro do rigor necessário, para que a retomada gradual da atividade econômica fosse concretizada com responsabilidade, equilíbrio e a devida segurança para empreendedores, colaboradores, clientes e, por consequência, para toda a população.

Vale ressaltar, inclusive, que o Plano apresentado pelo setor produtivo foi amplamente elogiado e aprovado pelo Comitê Científico, presidido pelo Secretário de Estado da Saúde. Além da existência deste Plano, registre-se o fato de que, desde o último Decreto Estadual (publicado em 15 de junho), vimos cair a taxa estadual de transmissibilidade da Covid-19 de 1,48 para 1,14, assim como, o Rio Grande do Norte tem o menor índice de infectados por cem mil habitantes (em torno de 460).

Por tudo isso e pelas tratativas com o Governo do Estado, em resumo, contávamos que o processo gradual de reabertura começaria a partir do dia 24 de junho. Lamentavelmente, para surpresa nossa, recebemos, no final de semana passado, a notícia de que os órgãos ministeriais - Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho - estão contrários ao início da retomada gradual prevista para 24 de junho.

Este posicionamento dos dignos representantes do Ministério Público causa-nos ainda mais estranheza pelo fato de que, no dia 28 de maio, os protocolos e ações transversais foram detalhados em uma reunião com os

Poderes Públicos do Rio Grande do Norte, os citados ministérios e outros órgãos autônomos, não tendo sido registrada qualquer ressalva.

Como não temos autoridade institucional para qualquer ação efetiva que determine a retomada, passaremos a esperar que o bom senso do MPE, do MPF, do MPT, prevaleça. Assim como, contamos, a exemplo dos meses anteriores, com a moderação do Governo do Estado para construirmos, juntos, uma solução de equilíbrio diante da pandemia (que é grave), mas, também, de números significativamente negativos: mais de dez mil empregos perdidos; queda de quase R\$ 200 milhões em faturamento e expectativa de fechamento de cerca de 12 mil empresas do comércio no pós-pandemia com estimativa de 225 mil desempregados.

Estamos todos tentando construir as melhores soluções. Buscamos o equilíbrio. Estamos abertos ao diálogo! Mas, não é indevido registrar que, com a morte das empresas, está sendo sepultado o vínculo de emprego de milhares de trabalhadores deste Estado e, conseqüentemente, a paz de inúmeras famílias potiguares.

Natal (RN), 22 de junho de 2020.

Abav/RN; ABIH/RN; Abrasel/RN; AEBA; Associação Viva o Centro; Faern; Federação das Associações Comerciais/RN; FCDL/RN; Fiern; Fecomércio RN; Fetronor; Natal Convention & Visitors Bureau; Sebrae/RN; Sindetur/RN; Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares/RN.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN